



Universidade Federal do Pampa

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS BAGÉ
CURSO DE LETRAS
PORTUGUÊS E RESPECTIVAS LITERATURAS

EVELISE MACEDO LUZ SILVA

**HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA LITERATURA
INFANTIL DO FINAL DO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI E
A APLICABILIDADE DA LEI 10639/2003**

BAGÉ

2015

EVELISE MACEDO LUZ SILVA

**HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA LITERATURA
INFANTIL DO FINAL DO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI E
A APLICABILIDADE DA LEI 10639/2003**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do grau de
licenciada no curso de Letras – Português e
Respectivas Literaturas da Universidade Federal
do Pampa – UNIPAMPA.

Orientadora: Prof. Dr. Vera Medeiros

BAGÉ

2015

EVELISE MACEDO LUZ SILVA

**HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA LITERATURA INFANTIL
DO FINAL DO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI E A
APLICABILIDADE DA LEI 10639/2003**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciada no curso de Letras – Português e Respectivas Literaturas da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Monografia defendida e aprovada em:

Banca examinadora:

Prof. Dr. Vera Medeiros

Orientadora

UNIPAMPA

Prof. Dr. Zila Letícia Goulart Pereira Rêgo

UNIPAMPA

Prof. Dr. Alessandro Carvalho Bica

UNIPAMPA

“A literatura é porta para variados mundos que nascem das várias leituras que dela fazem. Os mundos que ela cria não se desfazem na última página do livro, na última frase da canção, na última fala da representação nem na última tela do hipertexto. Permanecem no leitor, incorporados como vivência, marcos da história de leitura de cada um.

Tudo o que lemos nos marca”

(Marisa Lajolo)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à Deus por ter chegado até aqui.

A minha professora orientadora, que assumiu comigo esse compromisso e permitiu que chegássemos a essa etapa da caminhada.

As minhas demais professoras de Literatura na Universidade, Zíla Letícia Pereira Rêgo, Lúcia Brito Corrêa e Miriam Kelm, por terem efetivamente me apresentado à Literatura. Com vocês me apaixonei não só pela Literatura, mas pela profissão de professora.

As professoras Miriam Kelm e Zíla Rêgo pelos vários empréstimos de livros e sugestões que contribuíram para este trabalho.

A minha professora supervisora do PIBID, Miriam El Uri e minhas colegas bolsistas, pelo seu companheirismo e apoio durante todo o ano de 2014, sem as quais talvez ainda não fosse possível concluir a graduação nesse semestre.

A professora Marisa de Oliveira Barbosa que por duas vezes abriu as portas de sua turma para que ali eu pudesse desenvolver meu estágio e a equipe diretiva da Escola Estadual Luiz Mércio Teixeira, que tão profissionalmente me recebeu.

Aos colegas João Pedro dos Santos, Beatriz Moreles e Camila Bueno por suas parcerias nos estágios obrigatórios, com os quais desenvolvemos ótimos trabalhos e construímos relações eternas de amizade.

Ao colega Dênis Quadros por seu coleguismo, amizade e comprometimento em todos os trabalhos que desenvolvemos em grupo.

Aos demais colegas que iniciaram comigo a graduação e que ainda estão cursando ou aqueles que dela desistiram, todos igualmente contribuíram muito para que eu me sentisse acolhida na Universidade.

A minha mãe, Emilinha Luz, por ser meu exemplo de dedicação profissional e de determinação, e por me mostrar que toda a diferença nada mais é que simples obra de Deus para que sejamos especiais.

Ao restante de minha família: pai, irmãos, cunhadas, tia, primos, por proporcionarem, mesmo nas horas mais difíceis, a oportunidade de ri e desabafar, não desistindo.

Aos meus sobrinhos Gabriel e Khyara, e a minha enteada Pietra que em diversos momentos, de muito boa vontade, serviram de “cobaias” para testes e trabalhos.

Ao meu marido Adão para o qual palavras talvez não sejam capazes de expressar meu agradecimento. Toda a sua dedicação para com nossa casa, nossa família, nosso relacionamento e até o cuidado com nossos cachorros, me deu tranquilidade para “fechar os olhos” e me dedicar, principalmente nesse último ano, exclusivamente a conclusão da graduação.

As minhas amigas Marina Mena, Cristiane Rodrigues e Taiane Correa, por estarem sempre presentes, mesmo eu estando tão ausente.

Ao meu ex-chefe Cláudio Gonçalves, que me apoiou quando precisei cursar em horário de trabalho os estágios e participar de cursos ou seminários para compor as Horas Complementares de Graduação e até mesmo dar uma “última olhada” nos livros antes das provas.

A toda equipe da Soluzione Informática, a qual gerenciei durante 3 anos e ali fiz amigos para toda a vida. Agradeço pelo companheirismo, principalmente em época de provas.

A minha diarista Marta, sem a qual minha vida estaria uma bagunça.

RESUMO

O objetivo desse trabalho é identificar possíveis transformações sofridas na abordagem da história e da cultura afro-brasileira nas obras de Literatura Infantil, que tem como propósito a reflexão sobre o tema racial, produzidas entre o final do século XX e o início do século XXI. Além disso, visa a verificar se essas obras contemporâneas estão conseguindo atender aos critérios contidos na Lei 10639/2003. Para esse estudo, escolhemos as obras *Menina Bonita do Laço de Fita* (1986) de Ana Maria Machado, *O Menino Marrom* (1986) de Ziraldo, *A Turma de Layla* (2005), de Maria Rita e *Pretinho, Meu Boneco Favorito* (2008), de Maria Cristina Furtado. Tendo em vista que os personagens principais de todas as obras escolhidas são afrodescendentes, traçaremos um paralelo temporal de como esses personagens foram tratados no início do século XX por autores da Literatura Infantil e como movimentos pró-valorização da cultura afro-brasileira interferiram direta ou indiretamente na produção literária. Também verificaremos se as obras escritas no final do século XX e início do século XXI foram afetadas por esses movimentos. Para isso, fundamentamos teoricamente nosso trabalho a partir dos conceitos de Literatura e de Literatura Infantil, incluindo uma em outra, o que justifica em muitos momentos as escritas infantis. A caminhada dos Movimentos Negros e das demais entidades ou grupos para que a produção literária, infantil ou não, fosse alterada, modificando o espaço ocupado pelos personagens negros na literatura e suas conquistas que culminaram na sanção da Lei 10639/2003 foram pesquisados. A relação de todos esses conceitos teóricos aliados à história auxiliaram a análise das obras infantis. Consideramos ao final que no período analisado a produção literária infantil sofreu modificações em determinados aspectos, e que se as obras analisadas forem utilizadas em sala de aula estarão elas contemplando a Lei 10639/2003, ainda que a mudança nesse espaço temporal seja ainda singela.

Palavras-chave: Literatura Infantil; História e Cultura afrodescendentes; Personagens negros; Lei 10639/2003.

ABSTRACT

The aim of this study is to identify possible changes experienced in addressing the history and african Brazilian culture in the works of children's literature, which aims to reflect on the racial theme, produced between the late twentieth century and early twenty-first century and these contemporary works are managing to meet the criteria contained in Law 10639/2003. For this study, we chose the works Beautiful Girl Ribbon Tie (1986) Ana Maria Machado, The Brown Boy (1986) of Ziraldo, The Class of Layla (2005), Maria Rita and Pretinho, My Favorite Doll (2008) by Maria Cristina Furtado. Considering that the main characters of all the chosen works are african descent, will trace a time parallel to how these characters were treated in the early twentieth century by authors of children's literature and as pro-valuation movements of african-Brazilian culture interfered directly or indirectly in the literature, and the works written in the late twentieth century and early twenty-first century were affected by these movements. For this, theoretically we base our work from the literature and concepts of children's literature, including one into another, which explains in many children's written moments. The writing goals for children, their inclusion in the school environment and the relationship with both the history and African descent or african-Brazilian culture are composed this work. The walk of Black Movements and other entities or groups to literary production, child or not, be changed by modifying the space occupied by the black characters in literature and their achievements culminating in the enactment of Law 10639/2003 were surveyed. The relationship of all these theoretical concepts combined with history and helped the analysis of children's books. We consider the end that in the period analyzed infant literary production was modified and in certain respects, the analyzed works are used in the classroom, they are contemplating the Law 10639/2003, although change in that timeline is still simple.

Keywords: Children's Literature; History and Culture afrodescendant; Black characters; Law 10639/2003.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. LITERATURA INFANTIL: AS PRODUÇÕES LITERÁRIAS INFANTIS E O ESPAÇO ESCOLAR	13
2.1 LITERATURA INFANTIL E A LITERATURA: DUAS ARTES EM UMA.....	13
2.2 A INSERÇÃO DA LITERATURA INFANTIL NO ESPAÇO ESCOLAR	20
2.3 A LITERATURA INFANTIL E A SUAS PRIMEIRAS PRODUÇÕES	23
3. O NEGRO E A LITERATURA.....	25
3.1 A CHEGADA DOS NEGROS AO BRASIL E O SEU LUGAR NA HISTÓRIA ..	25
3.2 HERANÇAS DO POVO NEGRO PARA A CULTURA DO PAÍS.....	29
3.3 O ESPAÇO DO NEGRO NA LITERATURA	31
3.4 A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DO LEITOR NEGRO E A LITERATURA....	35
3.5 OS MOVIMENTOS NEGROS: SUAS CONQUISTAS E O REFLEXO NA PRODUÇÃO LITERÁRIA.....	39
3.6 HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA ESCOLA	42
3.6.1 A criação da Lei 10639/2003.....	42
4. ETNIA, ESCOLA E LITERATURA	45
5. A ANÁLISE: A LITERATURA INFANTIL DO FINAL DO SÉCULO XX E DO INÍCIO DO SÉCULO XXI. UM OLHAR PARA A PRODUÇÃO LITERÁRIA ANTES E DEPOIS DA LEI 10639/2003.....	48
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é identificar possíveis transformações sofridas na abordagem da história e da cultura afro-brasileira nas obras de Literatura Infantil, que tem como propósito a reflexão sobre o tema racial, produzidas entre o final do século XX e o início do século XXI. Além disso, visa a verificar se essas obras contemporâneas estão conseguindo atender aos critérios contidos na Lei 10639/2003. Para esse estudo, escolhemos as obras *Menina Bonita do Laço de Fita* (1986) de Ana Maria Machado, *O Menino Marrom* (1986) de Ziraldo, *A Turma de Layla* (2005), de Maria Rita e *Pretinho, Meu Boneco Querido* (2008), de Maria Cristina Furtado. Tendo em vista que os personagens principais de todas as obras escolhidas são afrodescendentes, traçaremos um paralelo temporal de como esses personagens foram tratados no início do século XX por autores da Literatura Infantil. Também traçaremos como movimentos pró-valorização da cultura afro-brasileira interferiram direta ou indiretamente na produção literária, e se as obras escritas no final do século XX e início do século XXI foram afetadas por esses movimentos. Por fim chegaremos à conquista da sanção da Lei 10639/2003 e o atendimento dessas obras à normatização.

Nossa escrita é motivada por questões pessoais que nos acompanharam ao longo da educação básica e que só foram começar a ser sanadas na graduação, ainda que mesmo atualmente não estejam por completo findadas, pois seria utópico conceber tal término. Ao começarmos os estudos na área da Literatura, nós que sempre gostamos de ler, começamos a perceber como a história e a cultura afro-brasileira, ou seja, a nossa história, é ou era contada nos livros literários. A partir daí iniciaram-se as nossas reflexões de o porquê que muita coisa havia conosco acontecido e o porquê de nossos colegas acharem que não existia racismo. Assim concluímos que era porque a figura do negro em questões de marginalidade sempre nos foi apresentada como normal. Suas ações não eram motivadas por uma situação de preconceito e sim por um contexto histórico que lhes imprimiu que seu julgamento era o correto e com isso desde meus coleguinhas do primário até os universitários estariam certos de me ver com estranhamento, porque historicamente, eu não deveria estar ali. E por ser a obra literária um retrato da sociedade em que é produzida, a Literatura também destinou ao negro o mesmo lugar.

Iniciamos a partir de conceituação de Literatura e da Literatura Infantil, um pouco de sua trajetória, desde as primeiras obras destinadas a crianças, seu caráter de produção e sua chegada até a escola. Para isso, nos embasamos em teóricos como Cecília Meireles, Marisa Lojolo, Regina Zilberman, Antonio Candido, entre outros. Como a Literatura Infantil se define a partir de seu destinatário, a criança, oportuno achamos dedicar um aprofundamento em questões que envolvem leitura e formação de identidade. O negro no Brasil recebeu (recebe) um lugar minoritário na sociedade e utilizar a Literatura como instrumento de quebra desse paradigma é motivo de pesquisa para alguns estudiosos, e neste trabalho, os conceitos de Literatura e Identidade da autora Zilá Bernd foram utilizados.

O estudo e a pesquisa mostraram-me que a batalha por um resgate cultural e histórico dos negros no Brasil de forma valorativa, muito antes do meu nascimento já vinha acontecendo, então nosso próximo capítulo versa sobre o negro e a Literatura; sua contribuição para com a sociedade, o espaço que lhe foi dedicado na Literatura e como os Movimentos Sociais Negros puderam interferir nessa produção. Nos embasamos nos teóricos Nei Lopes e J.A Tiradentes, para compor a parte histórica desse trabalho, juntamente com autores ativistas de movimentos da negritude ou estudiosos do tema como Maria Py Rita, Julio Quevedo, Cléia Medeiros, Maria Aparecida Bento, Anete Abramowicz, Luiz Rufatto e Conceição Evaristo.

Uma das conquistas desses Movimentos foi à sanção da Lei 10.639/2003, que trata da inclusão da cultura afro-brasileira nos currículos escolares do Ensino Fundamental e Médio nas redes públicas e privadas. Trata-se de um aparato legal voltado para uma antiga demanda na luta negra: a educação. Esses conteúdos devem ser ministrados em todo o currículo escolar, em especial nas matérias de Arte, Literatura e História. O conteúdo na íntegra da Lei e considerações relacionadas à sua criação nos servem de horizonte.

Ao término das considerações teóricas sobre o caminho percorrido pela Literatura Infantil e a história dos negros no Brasil e a escola, procuramos exemplificar na prática, analisando o enredo e a participação dos personagens principais em quatro obras infantis, escritas no final do século XX e no início do século XXI, sendo as últimas escritas após o ano de 2003. Observaremos se houve

mudanças no padrão de escrita entre as primeiras e as últimas. Além disso, verificaremos se elas contemplam a Lei 10639/2003 segundo nosso entendimento.

Nossa análise é justificada a partir dos conceitos de enredo e de personagem presentes nas obras de Bahktin e Antônio Cândido e de narrativa de Todorov, além da crítica literária sociológica constante na obra de Salvatore D'Onófrío.

2. LITERATURA INFANTIL: AS PRODUÇÕES LITERÁRIAS INFANTIS E O ESPAÇO ESCOLAR

2.1 LITERATURA INFANTIL E A LITERATURA: DUAS ARTES EM UMA

Para esse capítulo e para justificar nosso apanhado histórico que se remete também a Literatura não infantil, nos apropriamos do conceito de Cecília Meireles (1979, p.19) “ (...) tudo é uma Literatura só. A dificuldade está em delimitar o que se considera como especialmente do âmbito infantil”. Assim definimos nosso capítulo como sendo a Literatura Infantil e a Literatura como duas artes em uma, por assim concordarmos que a Literatura Infantil é parte integrante da Literatura. A Literatura Infantil é praticamente uma extensão da Literatura não infantil, portanto é demasiado pertinente observamos ambas, principiando pela conceituação de Literatura.

Buscamos em Antônio Candido (1995) o conceito de Literatura, objetivando verificarmos uma possibilidade de relação ou interferência que mantém a Literatura sobre a sociedade. Para o referido autor, Literatura são todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações. O autor ainda reitera que, a Literatura aparece claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos.

O referido autor esclarece: “Nas nossas sociedades a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo uma proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo” (CÂNDIDO, 1995, p.243).

Os valores arraigados pela sociedade sejam eles positivos ou negativos, estão contemplados na Literatura. A Literatura tem assim, um papel importante na formação da personalidade. Para definição da função da Literatura, utilizaremos a conceituação de Cândido (1995; p. 244):

A função da literatura está ligada à complexidade da sua natureza, que explica inclusive o papel contraditório mas humanizador (talvez

humanizador porque contraditório). Analisando-a, podemos distinguir pelos menos três faces: (1) ela é uma construção de objetos autônomos como estrutura e significado; (2) ela é uma forma de expressão, isto é, manifesta emoções e a visão do mundo dos indivíduos e dos grupos; (3) ela é uma forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e inconsciente.

Portanto, através do olhar do autor, podemos refletir Literatura sobre diferentes vieses, que não somente o historiográfico ou o informativo, o instrutivo ou o pedagógico. As quatro faces citadas por Cândido atuam de maneira simultânea no leitor. Ao tratar a Literatura Brasileira como um todo, Coutinho (2004), afirma que a Literatura constitui o motor da formação de nossa consciência nacional.

Indo para a Literatura Infantil, essa já possui um histórico que vai além da nossa história desde a colonização. A sua função esteve durante muito tempo, intimamente ligada à sua produção. Diferentemente da Literatura não infantil que como vemos, originou-se em nossa história e seu amadurecimento não necessariamente estava relacionado com o seu leitor, mas sim com a fruição criativa do seu autor, ainda que acompanhasse determinado período literário e pela sociedade fosse influenciada.

Segundo Afrânio Coutinho (2004), a Literatura Infantil é funcional, e seu estudo necessariamente está associado à seu leitor. A Literatura Infantil é um produto do século XIX, nascida de preocupações educacionais, quando se compreendeu a necessidade de despertar nas crianças o gosto pela leitura e de lhes facilitar conhecimentos gerais.

Ainda para o mesmo autor, na Literatura Infantil, há em tudo uma ordem humana, ensinando o bem, condenando o mal, socorrendo os desgraçados, exaltando os tenazes, fortalecendo a confiança no esforço ou mesmo na própria sorte.

A literatura infantil não é como a didática, para ser explicada; atua diretamente no espírito da criança, onde tem de ser recriada, por assim dizer. O assunto parece secundário, qualquer deles oferece um mundo de sugestões capazes de distrair e emocionar o leitor. A tarefa desses escritos é de uma perpétua adivinhação, para descobrir quer o tema, quer o enredo, quer o desenvolvimento capazes de entreter menino, sem prejudicá-lo nunca, sem comprometer-lhe a formação e, se possível, educando e instruindo. (COUTINHO, 2004, p.221).

As primeiras obras publicadas visando ao público infantil apareceram no mercado livreiro na primeira metade do século XVIII. Antes disso, apenas durante o classicismo francês, no século XVII, foram escritas histórias que viessem a ser exploradas como Literatura também apropriada à infância.

Os franceses foram pioneiros com as obras de Charles Perrault, a Literatura Infantil expandiu-se simultaneamente na Inglaterra, país onde foi mais evidente sua associação a acontecimentos de fundo econômico e social que influíram na determinação das características adotadas.

Com a Revolução Industrial, a burguesia consolidava-se enquanto classe social, com um poder econômico relevante para o país. Há incentivo para a fomentação de determinadas instituições como a família e a escola.

Marisa Lajolo e Regina Zilberman, na obra *Literatura Infantil – História e Histórias* (1985) contemplam: “Como a família, a escola se qualifica como espaço de mediação entre a criança e a sociedade, o que mostra a complementariedade entre essas instituições e a neutralização do conflito possível entre elas.”

A escola também reforça seu papel a medida que por força legal torna-se obrigatória para todas as crianças de todos os segmentos da sociedade, e não apenas para burguesia, o que acaba por desafogar as fábricas, desocupando os lugares dos trabalhadores mirins.

A Literatura Infantil traz marcas inequívocas desse período. Numa sociedade que cresce por meio da industrialização e se moderniza em decorrência dos novos recursos tecnológicos disponíveis, a Literatura Infantil assume, desde o começo, a condição de mercadoria.

Os laços entre a Literatura e a escola começam a partir da necessidade das crianças estarem aptas a consumir livros, ou seja, alfabetizadas, leitoras.

Como é a instituição escolar que as sociedades modernas confiam a iniciação da infância tanto em seus valores ideológicos, quanto nas habilidades técnicas e conhecimentos necessários inclusive à produção de bens culturais, é entre os séculos XIX e XX que se abre espaço nas letras brasileiras para um tipo de produção didática e literárias dirigida em particular ao público infantil. (LAJOLO e ZILBERMAN, 1985, p. 25)

Autores, todos da segunda metade do século XIX, são eles que confirmam a Literatura Infantil como parcela significativa da produção literária da sociedade burguesa e capitalista.

Como sistema regular e autônomo de textos e autores postos em circulação junto ao público, a história da Literatura brasileira para a infância só começou tardiamente, nos arredores da Proclamação da República, quando o país passava por inúmeras transformações. A acelerada urbanização que ocorre entre o fim do século XIX e o começo do XX tornou-se propícia ao aparecimento da Literatura Infantil.

Até a chegada de D. João VI, em 1808, o suporte editorial (e até mesmo tipográfico) necessário para o assentamento de um sistema literário era, mais do que precário, era inexistente. Decorre um longo período até que tipografias, editoras, bibliotecas e livrarias tornem o livro um objeto tão raro, ao menos nos centros urbanos mais importantes.

Os primeiros textos da Literatura Infantil foram enriquecidos pelas idéias européias, ficando a nossa Literatura quase uma cópia daquela. Essas semelhanças alcançaram também o caráter educativo e ideológico para o qual o texto destinava-se, projeto esse iniciado na Europa, onde apareceram várias obras que, cada uma a seu tempo, inspiraram autores brasileiros.

“No Brasil, já nos anos que circundavam a República, quando a noção de pátria e o estímulo ao patriotismo faziam parte da campanha pela modernização social, *Le tour de la France par deux, Garçons e Cuore* se exigiam exemplos.

O livro italiano teve várias traduções, algumas portuguesas, outras abasileiradas(…)” (LAJOLO e ZILBERMAN, 1985, p.34)

A arte francesa originou uma adaptação, *Através do Brasil*, escrita por Olavo Bilac e Manuel Bomfim. Após esta, e próximas a mesma, outras obras reforçaram a ideia de fazer da leitura, especialmente da leitura escolar, um instrumento de difusão do civismo e patriotismo. Também obras com cunho de exaltar a natureza foram escritas para crianças em igual período.

Os textos dessa época igualmente apresentavam outra preocupação, além do civismo, do patriotismo e da exaltação à natureza, a correção da linguagem.

No período compreendido entre 1920-1945 houve um aumento no número de obras produzidas, sendo que estas já possuíam uma nova formatação, isso porque em 1921, Monteiro Lobato lança *Narizinho Arrebitado*, uma obra precursora, escrita em uma linguagem direcionada para as crianças e que desperta seus interesses.

Durante o período Modernista, a Literatura Infantil aderiu aos ideários do período e algumas vezes os expressou de forma literal. Os livros para crianças demonstravam fortemente um caráter nacionalista, a ponto de elaborarem histórias cheias de heróis e aventuras para o Brasil, seu principal protagonista.

Outros aspectos do Modernismo que repercutiram na Literatura Infantil, além da visão cívica da pátria, fazendo das histórias pretexto para a valorização dos símbolos, heróis e episódios nacionais, aderiu-se uma concepção paternalista do povo. Tal visão por mais que utilize os pretos velhos como protagonistas ou narradores das histórias, eles continuam a ocupar um lugar preconceituoso, que reforça a submissão de que são vítimas, pois mesmo quando apresentadas por um narrador preto, essas histórias passam por um branqueamento.

“Esses três aspectos – o nacionalismo, a exploração da tradição popular consolidada em lendas e histórias e a inclinação educativa – juntos ou separados sufocaram em muito a imaginação. Contudo, não impediram que, quando liberada, ela tentasse construir um mundo de fantasia, possível plataforma de lançamento para uma crítica à sociedade ou ao ambiente real experimentado pelo leitor. Por isso, a criatividade desses momentos deu alento e continuidade ao gênero.” (LAJOLO e ZILBERMAN, 1985 p. 54).

A Literatura Infantil aproveitou-se, entre outros, do folclore nacional para o enriquecimento de suas obras. Com essa utilização ficou mais propícia a efetivação do desejo Modernista de introduzir a oralidade e o coloquialismo no texto literário e tendo como meta o resgate do primitivo, sem opor-se as características do gênero.

Em decorrência disso, houve uma proliferação de obras de procedência popular, principalmente a partir da década de 30. Tal período não é mera coincidência, pois foi nessa década que se tornou obrigatória a frequência escolar, a qual já havíamos nos referido como importante para a Literatura Infantil. Antes disso, persistia a influência das amas-de-leite, escravas ou ex-escravas, a quem cabia transmitir relatos que, mais tarde, são encontrados nas obras.

Lajolo e Zilberman clareiam que não é por acaso que parte dos títulos da época alude à presença do negro como origem das histórias, como é o caso de: *Histórias da Tia Anastácia* (1937), de Monteiro Lobato, *Histórias do velho Totônio* (1936), de José Lins do Rego e *Contos da mãe preta e Histórias do pai João* (1933), de Osvaldo Orico.

Os livros infantis apresentam uma realidade idealizada pelos adultos. Os laços da Literatura Infantil com a escola são um “combinado” para reforçar os ideais da classe média. Para a classe média a educação é um meio de ascensão social, e a Literatura, um instrumento de difusão de seus valores, assim a Literatura passa a ser um elemento educativo.

Inspirados nos contos de fadas e nas fábulas, as personagens tomam a forma animal e aparecem em textos comprometidos com a veiculação de valores do mundo adulto e conseqüente puerilização da criança. O mesmo ocorre em histórias que conservam o tema. A utilização desse acervo acompanha o desenvolvimento da Literatura Infantil brasileira denunciando sua circulação fácil entre o público e justificando a edição de novos textos com características similares.

Indo para momentos mais atuais, nos anos 60 multiplicaram-se as instituições e programas voltados para o fomento da Literatura e a discussão da Literatura Infantil.

Ao longo dos anos 70, o Instituto Nacional do Livro começa a co-editar um grande número de obras infantis e juvenis, muitos desses livros destinados à escola.

“Durante os anos 70, foi como se a literatura infantil brasileira começasse a recontar a história, rejeitando o que a antecedeu e recusando mecanismos simplórios de inserção e aceitação social. Graças a essa empreitada arriscada, ela ganhou, sem barganhar, espaço na escola e junto ao público. A recompensa foi seu crescimento qualitativo, que a coloca num patamar invejável, mesmo se comparada ao que de melhor se faz para criança em todo o planeta” (ZILBERMAN, 2005, p. 52).

A partir da década de 70 houve uma reformulação relativa à organização do ensino, essas mudanças atingiram também o currículo, e a disciplina de Língua Portuguesa recebeu diversas denominações durante esse período. Para a Literatura, a mudança mais significativa foi quando duas medidas foram adotadas:

“valorizaram-se os autores contemporâneos, e não necessariamente os canônicos, e estimulou-se a presença, em sala de aula, de obras literárias liberando professores do uso exclusivo do livro didático” (Zilberman, 2005). Essas mudanças afetaram significativamente o mercado editorial brasileiro, com consequências benéficas para o crescimento do público da Literatura Infantil.

Em seguimento de tal década se escreve muito, e não apenas a Literatura Infantil circula pelas instituições escolares, a Literatura não infantil também ganhou seu espaço, através da adoção de livros pelas escolas, visitas de autores e a organização de feiras do livro, etc.

Livros infantis constituem, contemporaneamente, um próspero segmento de nossas letras. Cresce o prestígio do autor nacional e os títulos brasileiros vão se impondo.

O processo de modernização ao qual o livro infantil sofreu, permitiu que esse ganhasse o direito a falar com realismos e sem retoques da realidade histórica, ao mesmo tempo, que se redescobriu a fonte da fantasia e o imaginário.

Em 1976, Lygia Bojunga, escreve a *Bolsa Amarela*, obra literária que marca o início de outra configuração para as obras infantis. Nesse livro, a personagem principal é uma menina, uma criança, a história versa sobre as inseguranças e os temores de Raquel, a personagem principal. O universo interior da criança começa a ser desvendado e ser levado em considerações pelos autores. A partir desta, outras obras surgem tratando das questões e conflitos internos das crianças e/ou problemas domésticos.

Joel Rufino dos Santos, com a obra *O Curumim que virou gigante* é pioneiro a trazer para as narrativas infantis um personagem não oriundo das camadas brancas e urbanas como principal. Já as personagens femininas em papéis centrais não são novidade, estando estas presentes nas obras mesmo no século XVII. Mirna Pinsky, todavia, inova na obra, denominada *Nó na Garganta* (1980), pois sua personagem principal, Tânia é negra.

“Tânia, a figura central da narrativa, é negra, representando portanto uma etnia que, até então, não tinha tido oportunidade de protagonizar uma narrativa para crianças. Não que pretos não tivessem aparecido em livros destinados ao público infantil, porém, em posição preferentemente

secundária, como Tia Anastácia, no sítio do Pica-Pau Amarelo, ou Estela, em Raul de Ferrugem Azul.” (ZILBERMAN, 2005, p. 86-87).

Livros infantis que foram protagonizados por meninos de rua também surgiram. Diferentes obras buscaram tratar de temas como conflitos internos, mundo adulto x mundo infantil, problemas sociais, etc. Essas obras, como *O menino e o Pinto do menino*, *Os Rios Morrem de Sede* e *Pivete*, entre outros, não buscam soluções mágicas, há a necessidade de uma compreensão e/ou assimilação da realidade vivida ou até mesmo um conformismo.

Escritores contemporâneos brasileiros acabam por dialogar com a infância de nosso país, apresentando-se os autores, de forma inovadora diante de uma tradição sólida. Tradição essa que se lhe oferece modelos, pede igualmente para ser permanentemente desconstruída e reconstruída, conforme um esforço que justifica a cultura deles por todos, hoje e sempre.

Para Regina Zilberman, bons livros são aqueles que agradam e esses de alguma maneira marcam seu leitor. Os livros lidos na infância permanecem na memória do adolescente e do adulto. Construimos uma biblioteca interior, formada por nossas recordações.

2.2 A INSERÇÃO DA LITERATURA INFANTIL NO ESPAÇO ESCOLAR

Como vimos, a Literatura Infantil foi influenciada por padrões educativos elaborados pela burguesia, a classe dominante na época da sua “criação”. Diversas obras foram criadas com fins pedagógicos, fossem para contentamento dos adultos, fossem para satisfazer as editoras e com isso, tornar-se fonte de sustento, podendo o escritor dedicar-se exclusivamente a essa função.

Ao consultarmos para nosso estudo a obra da Regina Zilberman, *A Literatura Infantil na Escola* (2003), encontramos como, a partir do olhar dessa autora, se deu a inserção da Literatura Infantil na escola e possíveis interferências dessa na formação daquele que lê, ou seja, das crianças.

Segundo a autora, a obra literária pode reproduzir o mundo do adulto. A Literatura Infantil age como multiplicadora de uma norma em vigor. Essa

interferência do mundo adulto na produção literária acaba por interferir também na formação do imaginário infantil. O texto pode muitas vezes tornar-se um manual de instruções com finalidades pedagógicas ou moralizantes. Essa era uma configuração da produção literária voltada ao público infantil da época de sua preconização. Estando o livro e a escola voltados para a formação do indivíduo, cabe a ambas conservarem seu aspecto em comum de natureza formativa.

A Literatura sintetiza, por meio dos recursos da ficção, uma realidade que aproxima-se da realidade do leitor, ela fala de seu mundo com suas dificuldades e soluções, ajudando-o a conhecê-lo melhor.

“Da coincidência entre o mundo representado no texto e o contexto do qual participa seu destinatário emerge a relação entre a obra e o leitor. Pois, quanto mais este demanda uma consciência do real e um posicionamento perante ele, tanto maior é o subsídio que o livro de ficção tem a lhe oferecer, se for capaz de modo virtual, o todo da sociedade” (ZILBERMAN, 2003, p. 27).

Ler não significa obrigatoriamente a absorção de uma mensagem. A criança ao ler convive com um mundo imaginário e permite uma abertura à realidade vivida pelo receber do texto, seja ela de natureza íntima ou social.

“A justificativa que legitima o uso do livro na escola nasce, pois, de um lado, da relação que estabelece com seu leitor, convertendo-o num ser crítico perante sua circunstância, e de outro, do papel transformador que pode exercer do ensino, trazendo-o para a realidade do estudante e não submetendo este último a um ambiente rarefeito do qual foi suprimida toda a referência concreta” (ZILBERMAN, 2003, p. 30).

Ao longo do século XIX houve um processo de “privatização da família”, que foi maior entre a camada burguesa e menor entre os operários. Durante esse processo houve uma luta para garantir o direito à educação das crianças. Também a mulher recebeu outra função dentro da família, assumindo uma figura materna considerada dominante na estrutura doméstica, pelo menos nas classes burguesas. Porém, mesmo nesse período as crianças continuaram sendo abandonadas e tratadas com violência. Gerou-se durante esse período interrogações quanto à socialização da criança. Nesse período, a escola ganha um novo significado, um novo status de importância, e torna-se o laço que une as crianças e o mundo, homegeneizando-o. Há o que autores consideram a “ascensão da pedagogia” e do

ensino moderno, o qual está organizado em classes separadas por idades, que visam inserir as crianças no mundo.

Com o aumento da participação materna burguesa na família, a criança burguesa integra-se com facilidade no âmbito escolar. Já a criança proveniente de uma família proletária tem uma formação voltada a manutenção de um contingente de obreiros, e cabe as mães essa orientação. Essas crianças ainda estão, nesse período, sendo jogadas por seus pais no mundo de maneira rápida e violenta. Diante disso, passa o poder público a interferir no quadro doméstico operário e surgem entidades filantrópicas que visam auxiliar essas famílias, tornando a escola uma instituição acessível a todos.

O Estado tornou obrigatório o ensino, fazendo com que as crianças fossem retiradas do mercado e estimulou os pais, via concessão de benefícios, a colocarem seus filhos na escola.

A Literatura Infantil é capaz de lidar com dois elementos que auxiliam a criança a compreender o mundo real, que segundo Zilberman são:

uma história, que apresenta de maneira sistemática as relações presentes na realidade que a criança não pode perceber por conta própria, e a linguagem, que é o mediador entre a criança e o mundo, de modo que, propiciando, pela literatura um alargamento do domínio linguístico, a literatura preenderá uma função do conhecimento: ao ler relaciona-se com o desenvolvimento linguístico da criança, com a formação da compreensão do fictício, com a função específica da fantasia infantil com credulidade na história e a aquisição do saber. (ZILBERMAN, 2003, p. 45-46).

Assim, a Literatura Infantil possui dupla natureza: uma que se deve ao adulto, de caráter pedagógico e outra que serve ao jovem leitor, que apropria-se da leitura e com ela transforma seu meio. Por ter esse caráter, fica a Literatura Infantil desacreditada/desprestigiada pelo público adulto. O fato de a Literatura Infantil não dispensar a presença da fantasia e não demonstrar obrigatoriamente o realismo, também colabora com esse descrédito por parte dos adultos, mesmo tendo as histórias infantis uma coerência interna e uma verossimilhança externa.

O hábito da leitura acaba por invadir virtualmente a subjetividade da criança, contudo, o mesmo hábito é propagado somente entre as crianças burguesas, já que

essas efetivamente tinham acesso à escola, o que acaba por industrializar a cultura e socializar o conhecimento.

O livro infantil apesar de ser escrito por um adulto e seu conteúdo ser por esse manipulado, seu destinatário, o leitor infantil/mirim é contemplado, na maioria das vezes, em sua produção.

A fantasia presente no livro infantil aciona o imaginário do leitor, que se aproveita dessa fantasia para resolver internamente seus dilemas pessoais e/ou sociais.

2.3 A LITERATURA INFANTIL E A SUAS PRIMEIRAS PRODUÇÕES

A Literatura Infantil, em seus primórdios, procurou por meio de suas histórias fomentar um sentimento cívico e de identificação com origem e nacionalidade, nas obras destinadas aos leitores mirins.

Aparecida Paiva (2008, p.35) ao tratar em seu terceiro capítulo, do livro *Literatura Infantil: políticas e concepções*, da produção literária para crianças assim coloca: “De que fala a literatura infantil? Desde o surgimento do conceito de infância, o imaginário é o termo mais geral e corrente sob o qual se conceberam as relações entre literatura e criança”.

A Literatura Infantil é cumpridora de um papel importante no processo de escolarização da criança e formação do futuro leitor. Também através da literatura criam-se os primeiros laços da criança com o seu íntimo, pois mediante a leitura das histórias, a criança inicia um processo de identificação com aquela realidade e a partir dela inicia a mediação de seus próprios conflitos. “(...) uma das premissas tradicionais do ensino da literatura é que por meio da leitura dos textos literários se promove e fortalece a identidade cultural dos alunos, sobretudo em termos de identidade nacional.” (COSSON apud PAIVA, SOARES, 2008 p.58).

Bernd (2003) afirma que a construção da identidade é indissociável da narrativa e conseqüentemente da Literatura. A identidade é resultado de um processo histórico-cultural, construída para diferentes pessoas, a partir de elementos

históricos, culturais, religiosos e psicológicos. A partir dessa visão, podemos inferir que a identidade tem a ver com a representação, que deve ser compreendida como um processo cultural em que significados são produzidos. O valor simbólico que a cultura confere as identidades produzidas, ou seja, nas representações que a sociedade constrói sobre as identidades é que temos um significado definido para gênero e raça, por exemplo.

A Literatura Infantil, por iniciar o homem no mundo literário, deve ser utilizada como instrumento para a sensibilização da consciência, para a expansão da capacidade e interesse de analisar o mundo.

A Literatura Infantil é, sem dúvida, um elemento importante na autoconstrução do indivíduo. É um importante veículo para a difusão da imagem de um país grande e moderno, passada pelas classes dominantes para a grande massa da população urbana.

De tudo, conseguimos verificar que a leitura literária infantil é a preconizadora, poderíamos ludicamente até dizer que é a chave que dá acesso ao leitor à um mundo imaginário e de grandes possibilidades. É ela também capaz de, através de seus escritos, estimular positiva ou negativamente, o ideário do leitor. Essa composição de certo *versus* errado, bonito *versus* feio, posso *versus* não posso, estará de maneira clara nas obras, já que essas são escritas por adultos e presta-se a um papel pedagógico e formador em sua maioria das vezes.

3. O NEGRO E A LITERATURA

Após identificarmos aspectos pertinentes referente à história da Literatura e da Literatura Infantil, algumas de suas funções, seu caráter formador e possibilidades de interferência dessas na formação do imaginário do leitor, passemos agora para identificar os espaços destinados aos negros nessas concepções. Qual o lugar do negro na literatura infantil? Que espaços lhe foram concedidos na sociedade e na escola? Como essa “classificação” pode interferir na formação de identidade do leitor negro mirim? A perspectiva de alguns autores referente a essas e a outras questões tentaremos demonstrar a partir da bibliografia consultada.

3.1 A CHEGADA DOS NEGROS AO BRASIL E O SEU LUGAR NA HISTÓRIA

Muitas sociedades ao longo da História utilizaram a mão de obra escrava nas mais diferentes funções, assim também como o continente africano que deve grande parte de seu desenvolvimento ao trabalho escravo. Ainda que em muitos reinos africanos operava-se em outro tipo de escravidão, pois nesses, os escravos trabalhavam ao lado de camponeses e artesãos livres, fazendo as mesmas tarefas, e às vezes depois de alguns anos, esses escravos eram liberados.

No século XV os europeus começaram a ter um contato direto com os povos africanos. Eles lá chegaram em busca de uma nova rota para chegar às Índias e ter contato com as especiarias e mineirais que desejavam.

Com um grande desejo de chegar às Índias e com tantas condições favoráveis, os portugueses realizaram o seu primeiro grande feito em 1415 com a conquista de Ceuta no norte da África, mas essa conquista ainda não era suficiente para chegar ao oriente e foi necessário estabelecer pontos de parada na costa africana. Foi a partir daí que os europeus começaram a criar feitorias e passaram a capturar escravos para conseguir obter lucros com a sua venda, então, antes

mesmo do Brasil ser descoberto, os portugueses capturaram duzentos escravos na costa africana e levaram para a metrópole.

A partir do século XV, toda a Europa passou a praticar o mercantilismo com o objetivo de ganhar bons lucros. Nessa busca de riquezas que acontece o descobrimento do Brasil. Ao aqui chegar, os portugueses preocupavam-se em explorar as riquezas que o local deveria lhes proporcionar, porém, frustrados ficaram ao encontrar somente o pau-brasil como especiaria possível de comercialização. Contudo, a partir desse momento, uma economia começa a desenvolver-se e quando o comércio de luxo começou a dar lucro, a colônia portuguesa decide investir na colônia brasileira.

A colônia resolve então explorar o comércio da cana-de-açúcar, que já estava dando lucros favoráveis e para trabalhar nas plantações optam por trazer da África, escravos. Para ter mais lucro na produção da cana-de-açúcar, os senhores de engenho acabam por também negociar escravos, agora com os portugueses.

No século XIX na época em que o cultivo do café atingia seus melhores momentos, a mão de obra escrava foi bastante utilizada. Os cafeicultores brasileiros recorreram ao contrabando, com desembarque de escravos em pequenos portos da costa do Sudeste.

Alguns comerciantes de escravos, também visando à economia, traziam os escravos a pé do Nordeste até as regiões cafeeiras do interior paulista.

Segundo Tiradentes e Silva (2008), os escravos no Brasil não foram apenas objetos, apesar de terem sido comprados e vendidos como mercadorias. Seu status social era controlado por um conjunto de leis, normas, regras e costumes que integraram a sociedade daquela época.

Ter um grande número de escravos era sinônimo de riqueza, entretanto, a relação dos escravos com seus donos foi bastante diversificada. A escravidão no Brasil durou cerca de quatrocentos anos e viveu diferentes momentos econômicos, como os ciclos da cana-de-açúcar, do ouro e do café.

Independente do tipo de relação entre escravo e proprietário, a escravidão habitou inúmeros momentos de resistência por parte dos escravos que buscavam sair daquela condição.

As funções ocupadas pelos escravos foram as mais distintas, eram trabalhadores nas lavouras, engenhos, escravos da casa e existiam até aqueles que dividiam funções com trabalhadores assalariados.

Uma curiosidade interessante que os distinguiu é que aos escravos não era permitido o uso de sapatos, independente da função que exercessem na sociedade. Somente os escravos livres tinham o direito de usar calçados. Símbolo de liberdade, o calçado também era usado por escravos que não-livres queriam fugir sem “chamar atenção”. Uma atitude simples que já o definia como o “outro”.

Os quilombos foram as mais expressivas formas de resistência e o Quilombo dos Palmares o mais conhecido e talvez atuante deles. Mas nem só nos quilombos se desenvolvia esse processo pró-liberdade. Rebeliões aconteciam fora dos quilombos, como é o exemplo de Carrancas (MG) e Queimados (ES), nas quais os negros escravos mataram os donos das fazendas que trabalhavam e tentaram organizar-se para uma vida de liberdade.

Durante o ciclo do ouro a mudança na produção do país fez com que Portugal quisesse ingerir mais sobre as produções no Brasil. O resultado desse aumento foi o crescimento do comércio em todas as regiões e um grande afluxo de pessoas – escravos, homens livres e clérigos. Negros, escravos e livres misturavam-se com brancos nos garimpos, nas cidades e nas tropas e com eles repartiam as mesmas atribuições e profissões.

Os motivos deste enorme crescimento são muitos, controversos e certamente podemos incluir entre eles os acordos ente proprietários e escravos, em que a liberdade era oferecida após o cumprimento, pelo escravo, de determinada quota de ou o diamante. Mas também muitos escravos foram libertados por absoluta falta de condições de seus proprietários de os manterem sem dificuldade econômico, no final do período. (TIRADENTES E SILVA, 2008 p.42).

Essa situação foi desencadeadora de conflitos e é nesse período que ocorre um grande número de revoltas, contudo, o tráfico de escravos continuou a crescer até a chegada da Família Real ao Brasil, no início do século XIX.

A condição de escravo era mantida pelas gerações seguintes, e os escravos nascidos no Brasil, que falavam português, eram chamados de ladinos. Essa denominação igualmente era dada aos africanos adaptados ao trabalho escravo.

As lutas pela liberdade foram intensas. Histórias de resistência recheadas de heroísmo e coragem compõem essa parte da história do Brasil que não é contada na escola. Resultante dessas surge a “obrigação” que os brancos reconhecessem os negros como parte da sociedade, como ser humano e não mercadoria. Nesse ínterim restam ainda questionamentos: será que o negro ganhou seu “lugar” na sociedade? Houve uma aceitabilidade cordial como a história conta, ou essa igualdade é utópica?

A negativa ao trabalho e parar a produção ou refugiar-se em quilombos foram algumas das estratégias utilizadas pelos escravos. Os quilombos, diferente do que aprendemos na escola, não eram reduto apenas dos escravos fugidos. A história já aceita que lá também havia indígenas, soldados desertores, gente perseguida pela justiça e até simples aventureiros e vendedores.

De acordo com estudos de J.A Tiradentes, os quilombos eram organizados e lá se praticava a agricultura, a caça, a coleta e até a mineração. Esses produtos podiam ser vendidos no comércio local.

O processo de abolição da escravatura é de suma importância para todo o processo de inserção social do negro na sociedade e seu desenvolvimento desde sua promulgação tem reflexos até os dias atuais.

No início de 1888, o escravismo brasileiro enfrentava um colapso irreversível, que se materializou em 13 de maio, com a declaração da abolição da escravidão sem compensação aos proprietários, a solução final só foi possível pela ação conhecida dos escravos revoltados e das organizações abolicionistas.

Movimentos como a Cabanagem, a Balaiada, a Revolta de Vila Rica, a Revolta dos Alfaiates e a Revolta dos Malês são reconhecidamente “batalhas” pró-abolição. A Revolta da Chibata, que aconteceu em 1910, ou seja, após a abolição, foi o primeiro movimento em que os escravos, agora todos livres, exigiam um tratamento mais digno.

Em contrapartida o Estado brasileiro simplesmente declarou extinta a escravidão, sem arcar com nenhuma responsabilidade de inclusão para os negros na sociedade. Em consequência, além de promover a imigração maciça de trabalhadores europeus, a população negra foi relegada a patamares mais baixos em uma sociedade que se organizou hierarquicamente.

De acordo com Lopes (2008), a abolição desacompanhada de medidas sociais e essa hierarquização foram os principais fatores geradores da exclusão que caracteriza a sociedade brasileira até hoje, punindo cruelmente os afrodescendentes. Além disso, muitas vezes, segundo o mesmo autor, eles foram vistos como culpados de sua própria exclusão, supostamente por não estarem aptos para o trabalho livre ou não saberem fazer uso da liberdade concedida.

Ocorre que, com a formal abolição da escravidão, o Estado brasileiro implementou políticas de imigração em favor de trabalhadores, famílias brancas, europeias basicamente. Assim, com a mudança de *status* sofrida pelo povo negro – de escravo à liberto - o negro continuava materialmente impedidos de ingressar no mercado de trabalho regido agora pelas leis do capitalismo. Além disso, era vedado o acesso à educação pelos negros, além de sofrerem perseguições e sanções nas suas manifestações culturais e religiosas, como: a prática da capoeira e o culto ao candomblé, respectivamente, buscando com isto quebrar laços de identidade fortalecedores da resistência à opressão. (SANTANA apud MEDEIROS, 2008).

3.2 HERANÇAS DO POVO NEGRO PARA A CULTURA DO PAÍS

A cultura brasileira incorporou inúmeros elementos da cultura negra, tanto a brasileira, quanto a africana de diversas “Áfricas”. Suas histórias, suas crenças, seus costumes, sua estrutura política e religiosa influenciaram na política de um país ainda em ascensão.

A influência africana que mais nos tange aprofundarmos no momento é a relacionada às manifestações artísticas, a literária mais especificamente. Estas acabaram por influenciar alguns escritos da Literatura Infantil brasileira, com as histórias contadas pelas escravas e ex-escravas que acabaram por tornarem-se livros, como vimos anteriormente.

A arte africana é um reflexo fiel das ricas histórias, mitos, crenças e filosofias dos habitantes deste enorme continente. A riqueza destas artes forneceu matéria prima e inspiração não apenas para artistas europeus, mas influenciou diretamente a produção artística nacional. (TIRADENTES E SILVA, 2008).

Segundo Nei Lopes (2008), no Brasil, a predominância é das línguas do grupo banto, notadamente o quicongo, o quimbundo e o umbundo. Desses idiomas africanos, comprovadamente, ficaram-nos palavras do dia a dia, como por exemplo: "caçula", "camundongo", "condomblé", "carimbo", "cochicho", "fofoca", "macumba", "quitanda", "quiabo", "samba", "umbanda", entre outros.

O mesmo autor, também nos oferece uma relação de escritores afrodescendentes que ele resumiria como os mais marcantes. São eles:

No século 18, Domingos Caldas Barbosa, Basílio da Gama, Silvío Avarenga, além daqueles reunidos em Recife, na Academia dos Homens Pardos; no século 19, entre outros estão Castro Alves, Cruz e Souza, Francisco Otaviano, José do Patrocínio, Laurindo Rabelo, Luiz Gama, Machado de Assis, Natividade Saldanha e Tobias Barreto; na primeira metade do século 20, Antônio Torres, Astério de Campos, Astolfo Marques, Auta de Souza, B.Lopes, João do Rio, Lima Barreto, Mário de Andrade e Viriato Correia; e a partir da segunda metade do século 20, Abdias Nascimento, Carlos de Assunção, Carolina Maria de Jesus, Dalcídio Jurandir, Domício Proença Filho, Joel Rufino dos Santos, Júlio Romão da Silva, Milton Santos, Muniz Sodré, Osório de Castro, Raimundo Souza Dantas e Rosário Fusco (LOPES, 2008, p.90).

A grande marca da Literatura criada por escritores afro-brasileiros nos séculos 18,19 e 20 é o posicionamento contestador diante do racismo, adotado por muitos autores. Alguns publicando seus textos em periódicos da imprensa negra ativa, principalmente em São Paulo, na década de 1930, ou reunidos em movimentos pelos direitos civis ou de perfil especificamente literário, a partir dos anos 1970.

3.3 O ESPAÇO DO NEGRO NA LITERATURA

A trajetória dos negros na Literatura brasileira segue de alguma forma, o mesmo percurso dos negros na história da constituição da sociedade. Durante um longo período da Literatura brasileira, os negros foram representados de forma estereotipada e destituídos de individualidade, embora não se limite a isso. De acordo com a Revista RS Negro (PUCRS, 2010), podemos observar que a trajetória dos negros na Literatura é marcada por duas posturas: a condição negra como objeto, numa visão distanciada; e o negro como sujeito, de um modo compromissado.

Numa sociedade escravocrata, a Literatura, na maioria das vezes, evidenciou e formulou os elementos iniciais do que viria a ser a prática preconceituosa e mesmo que racista (Santos apud Medeiros, 2008).

Conceição Evaristo apud Ruffato (2009) discorre sobre:

Ciente de que a literatura não pode ser considerada como um fiel retrato em que a sociedade em que é produzida, não se pode afirmar, entretanto, que o discurso literário nasce e circula imune e impune ao meio em que foi criado. No ato criativo de “imitação da vida”, no movimento de discordância e/ou de concordância com a existência que lhe é consentida, ou com aquela que a sua percepção lhe permite alcançar, o sujeito autoral acaba por colocar no texto sinais reveladores da constituição de uma sociedade em determinado momento histórico (RUFFATO, 2009, p.19).

Considerando os “lugares” aos quais o negro foi destinado socialmente mesmo após a abolição da escravidão, essa “imitação da vida” acaba por ser um exercício de repetição e confirmação que acabam por afetar o imaginário do leitor, seja ele negro ou não.

Zila Bernd (1987) nos elucida sobre questões que envolvem negritude e Literatura. De acordo com a autora, a Literatura Negra não pode ser conceituada a partir da cor da pele de seu autor. Literatura Negra é aquela em que há um enunciador que se quer negro, que reivindica a sua especificidade negra. Será aquela que possui em seu corpus uma reivindicação, em que há uma reflexão referente ao passado histórico e o presente preconceituoso em que vive o negro.

Essa busca por uma verdade histórica é o motivo de lutas de Movimentos Negros. Portanto, é mister esclarecer que, apesar de a história do Brasil ter reconhecidamente no cânone literário autores negros, suas escritas não necessariamente vão ao encontro de um resgate da cultura e da história afro-brasileira. Domício Proença Filho diz que, “em sentido lato, será negra a arte literária feita por quem quer que seja, desde que reveladora de dimensões peculiares aos negros e aos seus descendentes.” (BERND, 1987, p.17)

A mesma autora ainda nos fala que Literatura Negra seria aquela que rompe com o discurso “branco” pré-estabelecido, é aquela que transgride e assim transforma. A base da negritude estaria nesse processo de reencontrar uma identidade perdida, ou não permitida e ir contra a assimilação da cultura branca.

A Negritude afirmou a prioridade da luta cultural em relação à luta política, a prioridade dos “valores negros”, em relação às contradições sociais. Contudo, segundo alguns autores, o movimento não conseguiu conceber o desenvolvimento dos valores negros no interior de um combate político, tendo se restringido ao âmbito dos valores culturais e deixando, portanto, de lado a esfera política e social.

Focados nas especificidades da raça, a Negritude acabou sendo recuperada pela elite dominante e usada com propósitos contrários aos que a originaram, chegando até a justificar teorias discriminatórias racistas.

O movimento acabou servindo ao imperidismo, sem reabilitar socialmente o negro, à medida que impôs um discurso sobre as especificidades. A Negritude, após passar por um revisionismo crítico a partir dos anos 50, fica condenada ao fim, no I Festival Cultura Panafricano de Argel, realizado na Argélia em 1969, quando já era possível constatar a desilusão em relação às independências das ex-colônias.

Ainda de acordo com Bernd, a negritude foi utilizada como ideologia para marcar o real problema do negro, sua situação de proletário, dificultando a solidariedade entre os oprimidos.

A Negritude foi acusada de ser a expressão de um particularismo, pois “o conceito de raça é particular concreto, enquanto de classe é universal e abstrato (...) a negritude teria um caráter redutor na medida que dá voz, por exemplo, ao escrito enquanto negro e não enquanto homem” (BERND, 1987 p.34).

Efetivamente, se a literatura é o instrumento através do qual compreendemos melhor a nós mesmos e ao outro, ela só realizará esta sua destinação se utilizar como matéria-prima as “novas coisas”, isto em a vivência fundamental de cada um (BERND, 1987, p.36)

Os movimentos de conscientização dos negros começaram a surgir, no Brasil a partir de 1915, com o início da imprensa negra e a partir de 1930, com a Frente Negra Brasileira (FNB). Todavia, nessa fase não foi reivindicado ou utilizado nem no plano social, nem no plano literário o termo Negritude.

Já em 1944, surge em São Paulo o Teatro Experimental do Negro (TEN), como manifestação desses movimentos, pois procurou resgatar os complexos de inferioridade do negro criado por toda uma Literatura em que o negro jamais ocupou o papel de herói, mas o de vilão ou subordinado. O TEN foi fundado por Abdias do Nascimento e criava peças teatrais escritas por autores negros para serem interpretados por atores negros.

A busca de identidade pelo negro é a busca de auto-definição. Na realidade, ele se encontra alienado de sua cultura de origem e cercado pelos valores vitoriosos de um mundo branco que o discrimina.

A literatura negra brasileira, em busca de uma nova dicção, revela-se como lugar privilegiado de uma luta pela construção de uma identidade negra, a qual chamamos de negritude.

A negritude, como todo sentimento de identidade, se dará também por oposição, mas não é exclusiva porque nesta instância o negro não esquecerá suas outras dimensões: paralelamente à sua reivindicação de ser reconhecido como negro ele também quer ser reconhecido como operário, como brasileiro, como latino-americano ou como mulher, no caso dos membros femininos do grupo.

(...) Trabalhar na construção e na consolidação de uma identidade que se exprimirá através de uma nova linguagem que se nutrirá da seiva da herança africana, será a melhor forma de desmarcar a visão estereotipada que se tem do negro” (BERND, 1977, p.44).

Após tantas fraturas, negritude se torna uma palavra imperfeita para um conceito ambíguo, pois se numa certa medida permitiu aos negros recuperar dimensões perdidas durante séculos em que foram vítimas de humilhação e desprezo. Ao mesmo tempo, ela revelou-se inoperante porque não foi capaz de reverter o esquema colonial em que o negro não era sujeito, mas objeto da História.

Bernd, na obra *Negritude e Literatura na América Latina*, faz três projeções para o futuro da Literatura Negra, são elas:

- a) A Literatura Negra brasileira manterá seu caráter de contraliteraldade, conservando-se fora do mercado dos bens simbólicos. Manter essa condição marginal poderá ser um ato voluntário, motivado pela recusa em perder sua especificidade, através da integração, do involuntário, provocado pelo descaso das diversas instâncias de legitimação;
- b) A Literatura Negra incorporar-se-á definitivamente à História da Literatura Brasileira, guardando, mesmo inserida na Literatura dita maior, os traços diferenciais que a particularizam. Neste caso, os autores que deste momento em diante utilizarem o mundo negro como matéria de suas obras não poderão ignorar a revolução operada neste erro, o do eu enunciador, o divisor de águas em Literatura Negra. Certamente continuarão sendo produzidas obras em que o negro e seu universo sejam focalizados como objetos. Contudo, após a fenda determinada pelo aparecimento do negro como sujeito, as produções literárias seguidoras da linha tradicional deverão ser de uma forma ou de outra, afetadas pelo elemento inovador;
- c) O caráter marginal da Literatura Negra será fagocitado pelas instituições político-culturais. A exemplo do que se verificou no Brasil com outras manifestações populares como: o futebol, o carnaval e o samba e, no Caribe, com a própria negritude, a Literatura Negra transitará de uma instância marginal para uma instância de supervalorização.

Na obra *O preconceito em foco - Análise de obras literárias infanto-juvenis. Reflexões sobre História e Cultura*, o autor Antonio Sampaio Dória analisa algumas obras com foco nos temas raça e preconceito. Dória evidencia em diferentes obras essas situações. Em *Alucinado som de Tuba*, de Frei Betto, enfatiza a situação sócio-econômica dos negros, pois mesmo ao final da obra, o jovem negro personagem da história segue sua trajetória solitário, mesmo após todas as adversidades, ou seja, não há um final feliz para um negro, mesmo com muito esforço. Já na obra *E Agora?* De Odett de Barros Mott, Dória cita o quanto ter uma pele branca é para a sociedade em que Camila, a personagem principal da história,

esta inserida é um privilégio e o acesso a muitas conquistas. A delicadeza e a suavidade feminina não poderiam estar presentes em uma menina negra, com cabelos *duros e encarpinhados*, como cita o livro. As características físicas dos negros são tidas como um castigo. Aos negros são reservados os vocábulos que conotam feiura, e ainda na obra de Antonio Dória temos um recorte sobre as histórias de Monteiro Lobato, em especial as *Histórias da Tia Anastácia*, a qual mesmo tendo uma personagem negra, o que seria inicialmente uma homenagem, Dória cita que várias referências são feitas a seu nariz e “beijo”.

Fúlvia Rosemberg (1984) apud Aparecida Paiva e Magda Soares (2008, p.62), ao analisar algumas obras da Literatura Infantil escritas entre 1955-1975, cita:

(...) A discriminação contra grupos não-brancos aparece na literatura infantil e juvenil brasileira constantemente, tanto de forma aberta, quanto latente, sem, porém, que se valorize um discurso declaradamente preconceituoso.

Com isso, a autora esclarece que o homem adulto branco é tomado como um padrão para a humanidade, é ele que usualmente recebe nome e sobrenome, ocupa posição central nas ilustrações e nas histórias.

Segundo a mesma autora, é preciso distinguir uma Literatura sobre o negro e uma Literatura do negro. Uma Literatura sobre o negro refletiria a história, mas também anos de submissão e segregação de uma cultura que subjaz a atualidade. Uma Literatura do negro viria ao encontro à valorização dessa mesma cultura, um orgulho de sua origem e de suas características.

3.4 A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DO LEITOR NEGRO E A LITERATURA

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisas Econômicas Avançadas (Ipea), periodicamente divulgados, tem demonstrado a disparidade existente entre a população negra e a branca. A cor tornou-se um estigma que esteriotipa e ao mesmo tempo discrimina o negro, dando a essa parcela da população o grau mais inferior da pirâmide hierárquica da sociedade constituída ainda antes da abolição, segregando-os a salários baixos ou até mesmo ao desemprego.

A atuação dessa população em níveis inferiores é vista em diversas camadas profissionais, basta observarmos o pequeno número de negros atuantes na televisão ou em profissões de destaque publicitário.

A publicidade é uma ferramenta que passa a ganhar destaque na construção do imaginário das crianças e dos jovens negros, pois a televisão demonstra tanto em filmes e até mesmo nas ofertas de brinquedos, heróis e princesas, todos são brancos e com olhos azuis.

Nos Estados Unidos, a escritora Toni Morrison, ganhadora do Prêmio Nobel de Literatura em 1993, escreve um romance chamado *O Olho Mais Azul*, em que aborda essa questão. Para ela, as bonecas louras do sonho acabam se tornando um pesadelo, atormentando as meninas com a ilusão de que só tendo olhos azuis elas podem ser aceitas e queridas. (LOPES, 2008, p.125)

Além dos fatos puramente econômicos que repercutem na esfera social, uma das grandes questões envolvendo a população negra no Brasil contemporânea é a de baixa auto-estima. E como se não bastasse a histórica desqualificação, o indivíduo afro-brasileiro enfrenta hoje uma perversa dualidade, que é aquela que o coloca como protagonista, sim, mas de ocorrências culturais periféricas.

Essa conjuntura social interferiu nas criações literárias e automaticamente na construção de identidade e de personalidade dos negros ou afrodescendentes como gostam de intitular modernamente. Usemos a posição de alguns autores sobre o tema:

Maria Aparecida Bento (2000, p.45), em *Cidadania em preto em branco – Discutindo as relações sociais*, diz:

Sem uma memória positiva, sem conhecer figuras de destaque de seu povo, as conquistas importantes no campo das artes, das ciências, as crianças negras tem dificuldade em formar uma imagem positiva de seus iguais. Consequentemente não formam uma imagem positiva de si próprias, enquanto negras.

A mesma autora, referindo-se aos espaços escolares propriamente ditos, cita:

A criança negra não se reconhece no espaço escolar, e esse fato influencia no aumento dos índices de atraso e evasão escolar de negros. Fúlvia Rosemberg (1985) afirmou que os maiores índices de atraso e evasão

escolar entre as crianças negras devem-se aos mecanismos de discriminação racial presentes no sistema escolar (BENTO, 2000, p. 44).

Cosson em obra organizada por Aparecida Paiva e Magda Soares (2008, p.58), cita Culler ao referir-se *A política da representação e a estética da identidade*, e diz:

Mais especificamente, a literatura estimula mecanismos de identificação positiva que podem ser usados para a ação política, ou seja, “para os membros de grupos historicamente marginalizados”, a literatura proporciona “a identificação com um grupo potencial e trabalha no sentido de fazer do grupo um grupo, mostrando-lhes quem ou que poderiam ser” (PAIVA e SOARES, 2008 p. 13).

De acordo com Zilá Bernd (2003, p.15):

As literaturas dos grupos discriminados – negros, mulheres, homossexuais – funcionam como o elemento que vem preencher os vazios da memória coletiva e fornecer os pontos de ancoramento do sentido de identidade, essencial ao ato de auto-afirmação das comunidades ameaçadas pelo rolo compressor da assimilação.

Nesse sentido, surgem Literaturas voltadas para a construção de um projeto identitário. A Literatura Negra brasileira tem sua gênese no resgate de uma memória coletiva que foi abolida pela historiografia nacional.

Segundo Bernd (2003) é necessário afastar-se dos fanatismos identitários para não criarmos uma apologia ao etnocentrismo. A busca por uma identidade nacional está mais intimamente ligada ao “processo de identificação”.

(...) o conceito de identidade carrega consigo armadilhas, sendo que a mais perigosa delas é o risco de que um anseio legítimo de afirmação identitária, como a negritude, por exemplo, se transforme em um sistema de vasos estanques, originando cristalizações discursivas, criando cordões de isolamento entre cidadãos, ou condenando à morte a liberalidade (quando se trata de expressar a identidade através de textos literários) (BERND, 2003 p. 21)

A Literatura atua nos momentos históricos da sociedade e seus discursos tendem a homegenização, o que em uma diversidade social como a brasileira, acaba por ocultar o outro, o considerado diferente. No caso do Brasil, esse “outro” é

classificado pela mesma autora como o negro, que tem sua representação negada ou o índio que tem sua representação ocultada.

A identidade, segundo Michel Mofessoli apud Bernd(2003), não é um alvo a ser atingido, mas algo que se vive na tensão, em uma permanente incompletude.

A busca por espaços de identificação não podem em um trabalho simplista de oposição (negro/branco, eu/outro), suscitar o racismo ou a discriminação. Precisa-se migrar de um ponto de identificação fixa, para um híbrido, onde as diferenças são respeitadas.

A literatura negra brasileira que pode ser difundida como sendo aquela onde emerge uma consciência negra, ou seja, onde um “eu” enunciativo assume uma identidade negra, buscando recuperar as raízes da cultura afro-brasileira e preocupando-se em protestar contra o racismo e o preconceito (BERND,2003 p. 113-114)

Esse “compromisso” com as causas da negritude acabou por transformar os contos e poesias escritos com esse fim em obras sem literalidade. O que acaba por gerar muitas críticas, pois a Literatura, assim como as demais artes, não deve existir com a exclusiva finalidade de defender causas. Contudo, esses discursos não foram imutáveis ao longo dos anos, e a poesia negra brasileira começou a ter outra feição sem perder seu tônus “protestante”.

Mesmo assim, paramos para refletir com qual imagem estariam esses alunos afrodescendentes associando-se para formarem suas identidades? Se historicamente há um vasto de opressão e atualmente um misto de marginalidade e pobreza, que imagem positiva está sendo criada para que esses alunos desenvolvam seu pertencimento?

A neurocientista e professora da UFRJ, Suzana Herculano, em entrevista a Folha de São Paulo afirma que quanto mais rica for nossa experiência sensorial, maior vai ser nossa capacidade imaginativa. Portanto, a imaginação depende dos sentidos e os sentidos da experiência, logo, a imaginação depende da experiência. O cérebro não consegue imaginar aquilo que não nos foi possível conhecer através dos sentidos. Nisso, inclui-se a leitura, através da visão. Se através das leituras todas as informações que obtivermos referente nossa própria cultura ou raça forem negativas, negativas serão nossas associações referentes a nós mesmos.

3.5 OS MOVIMENTOS NEGROS: SUAS CONQUISTAS E O REFLEXO NA PRODUÇÃO LITERÁRIA

Com a abolição da escravidão, uma nova realidade social se apresentou ao negro, que teve a partir daí que se organizar, para enquanto grupo formal ter mais espaço para suas reivindicações. Levantamento historiográfico feito pelos organizadores do site Movimento Negro do Brasil, relatam os primeiros Movimentos Negros Organizados, conforme vamos expor a seguir, além das pesquisas presentes nas obras de J.A Tiradentes e Silva e de Nei Lopes.

Com a rejeição da sociedade para com os negros, criaram-se movimentos de mobilização racial, tais como:

- Clube 28 de setembro, de 1897. Integrava, também, a mais antiga das manifestações;
- Clube 13 de maio dos Homens Pretos (1902);
- Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), dentre outros.

Várias outras entidades foram criadas, bem como a imprensa negra. A partir da década de 20 a imprensa negra ganhou expressividade, relatando notícias sociais sobre a comunidade. Parte da história do negro começou a ser contada a partir dos jornais *Menelik*, *Alfinete* e *Clarim da Alvorada*.

Uma importante organização, fundada em 1931, foi a Frente Negra Brasileira, que possuía cerca de 400 membros, que andavam uniformizados e possuíam certo prestígio junto às autoridades e a população em geral. A Frente Negra via na educação o caminho para uma vitória dos negros. Com o Estado Novo, a Frente Negra foi desagregada.

Em 1945, os movimentos negros perderam parte do seu espaço na sociedade, com exceção do Teatro Experimental do Negro, fundado por Abdias Nascimento, que foi quem através de sua atuação política em diferentes cargos estabeleceu o dia 20 de novembro como Dia da Consciência Negra.

A Associação Cultura do Negro, que tinha dentre seus integrantes nomes como: Solano Trindade, Abdias Nascimento e Fernando Góis, foi fundada em 1954, e também tinha como preocupação “construir uma ideologia do negro”. Em virtude dessas ideologias, a Associação Cultura do Negro acaba perdendo seu espaço político, sua sede e os principais nomes, ficando reduzida a uma entidade filantrópica e assistencial.

Durante a Ditadura Militar os grupos organizados pró-negritude tiveram que se transformar em entidades de entretenimento e aproveitaram-se dessa condição para divulgar aspectos da cultura negra, e a música foi um dos expoentes para essa disseminação cultural.

Nos anos 70, “as manifestações políticas ligadas ao negro que aconteciam no mundo, impactaram os afro-brasileiros como os movimentos Black Power e dos direitos civis nos EUA. Figuras como Martin Luther King, Angela Davis e Malcolm X atingiam com seus ideais intelectuais à ativistas negros no país” (site Negros no Brasil).

O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial começou a se organizar a partir dessas manifestações, em 1977, e posteriormente tornou-se o Movimento Negro Unificado (MNU). Entre 1970 e 1980 várias outras entidades foram surgindo em defesa das questões raciais. O campo das artes foi bastante utilizado como instrumento de divulgação da história e da cultura afro-brasileira.

A nova constituição de 1988 foi um importante marco, pois impôs a igualdade de direitos e instituiu o racismo como crime. Em 1996, várias propostas para defesa da população negra foram inseridas no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) e deram oportunidades para que assuntos relacionados à educação, ações afirmativas e órgãos direcionados aos negros fossem criados.

As ações afirmativas são políticas públicas e privadas utilizadas para corrigir desigualdades sociais, raciais e econômicas realizadas no passado ou no presente.

Diversas leis e estatutos foram criados baseados nas ações afirmativas para afro-brasileiros, dentre elas a Lei 10.639/2003, que fala sobre a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira em instituições de nível fundamental e médio e que será objeto de estudo posteriormente.

É fato reconhecido que a atividade intelectual do Movimento Negro contribuiu, e muito, para que os escritores se articulassem, principalmente nas capitais dos estados, onde o trabalho contra o racismo era mais intenso. A fala e o texto poético foram surgindo timidamente.

Dando destaque ao campo literário, um grupo organizado que se destaca é o *Quilombhoje Literatura*, grupo paulistano de escritores, fundado em 1980 por Cuti, Oswaldo de Camargo, Paulo Colina, Abelardo Rodrigues e outros, com o objetivo de discutir e aprofundar a experiência afro-brasileira na Literatura.

A proposta do grupo é incentivar o hábito da leitura e promover a difusão do conhecimento e informação, bem como desenvolver e incentivar estudos, pesquisas e diagnósticos sobre Literatura e cultura negra.

O *Quilombhoje Literatura* é atuante até o momento e é responsável pela antologia anual *Cadernos Negros* e tem atuando na área editorial e de promoção cultural. Os primeiros textos da antologia buscavam desconstruir uma tradição literária marcadamente política e assumia a rebeldia de segmentos da população negra em sua luta contra a chamada democracia racial. Sua meta é dar visibilidade à Literatura afro-brasileira e discutir questões como auto-estima dos afrodescendentes.

Antologia de igual importância é a *Poesia negra brasileira*, organizada por Zilá Bernd em 1992, e que foi durante muito tempo, segundo pesquisas, uma das obras mais utilizadas nos cursos de Literatura que buscavam a produção de escritores negros brasileiros. Essa antologia é dividida em partes que mapeiam “expressões significativas da literatura comprometida com a situação do negro no Brasil”.

Outra obra que surge é a *Quilombo de palavras*, organizada pelo escritor baiano Jônatas Conceição e Lindinalva Barbosa, militante do movimento negro baiano. Essa é uma coletânea que reúne uma série de poemas de autores negros que buscam em sua escrita um resgate identitário.

A Literatura brasileira, segundo Éle Semong, tem um caráter político e pedagógico irrefutável e para ele é praticamente impossível para o escritor negro exercer a sua atividade apenas com a magia da inspiração e a futilidade das palavras(<http://elesemog.com.br/w/artigos-e-ensaios/literatura>) .

Ainda para o mesmo autor, o que se busca com a Literatura Negra, na Literatura Afro-Brasileira, é uma beleza diversa e desgarrada das escolas europeias. Também se busca que o processo de construção da estética da Literatura Afro-brasileira se dê no âmbito da comunidade negra, absorvendo e influenciando no seu modo sócio-antropológico.

3.6 HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA ESCOLA

3.6.1 A criação da Lei 10.639/2003

Como dissemos anteriormente, a Lei 10.639/2003 surgiu dentre um conjunto de ações afirmativas. Ela propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira. A partir dela, as escolas deverão incluir dentre seus conteúdos essa temática.

Em 2001 na conferência realizada em Durban (África do Sul), 170 países, incluindo o Brasil, assinaram o *Relatório da Conferência Mundial contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata*, em que os princípios contra discriminação por gênero, cor e religião ficaram acordados. A Lei 10.639/2003, aprovada pelo então presidente Luis Inácio Lula da Silva, vai ao encontro de começar a fazer cumprir esse acordo, que referencia que não somente deve-se divulgar, mas também ensinar à população brasileira a história e cultura do povo negro.

Diz a Lei 10639 de 09 de janeiro de 2003 em seu art.26 e parágrafos:

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

De acordo com Caetano e Nascimento (2011), após um longo período de negação e falta de reconhecimento sobre a importância de se combater o racismo e a discriminação racial a partir dos espaços escolares, houve a criação de mecanismos que identificam e valorizam a representação do negro na sociedade. O que não acontecia desde o fim do sistema escravista no Brasil, quando se iniciou o processo de marginalização do negro, através do fortalecimento de estereótipos a eles relacionados. Somente no século XXI, as políticas nacionais começaram a demonstrar avanços em relação à busca por uma educação anti-racista.

A partir de levantamento feito por Deise Nunes em 19 de abril de 2004, para o trabalho de monografia realizado na Universidade Federal do Pampa no mesmo ano, foi vinculada a notícia de que professores receberiam treinamento em Porto Alegre de como trabalhar o tema “Lanceiros Negros”. Esse encontro foi destinado aos professores da 5ª, 13ª e 18ª CREs (Coordenadorias Regionais de Educação), sem menção, entretanto de que seria uma ação que visaria a implantação da lei. Essas atividades já vinham sendo realizadas com o intuito de preparar os professores para trabalhar o tema da História e Cultura Afro-Brasileira em sala de aula, mesmo antes da promulgação da alteração na LDB.

Desde 2003, ano de implantação da lei, surgiram diversas propostas para a preparação de professores, tais como o *Programa Cultura Afro* realizado entre 2005 e 2006. Além desse surgiu o *Programa UNIAFRO*, projeto que promoveu 1.245 especializações e 1.470 extensões, realizadas entre 2005 e 2008, com investimento de R\$ 5 milhões. Ambos fizeram parte da realidade dos professores de algumas localidades, buscando prepará-los para a prática das disposições da lei.

Além dos projetos realizados em âmbito nacional, o Governo Federal promoveu encontros, formações continuadas à distancia e na modalidade presencial aos professores das áreas onde a lei preferencialmente deve ser aplicada. Também disponibilizou cartilhas às Secretarias Regionais de Educação para que estas fossem repassadas aos professores.

O site Educar para Crescer, da Editora Abril, traz a reportagem “9 passos para o ensino da história negra nas escolas; Confira como as escolas podem - e devem! - aplicar o conteúdo exigido pela lei 10.639, e saiba o que você pode fazer para contribuir com esse processo”. Essa reportagem aborda alguns aspectos relacionados à dificuldade de implantar a lei, como pode ser posta em prática, além de perguntar e criticar a não adequação total do material didático a lei.

De acordo com a Resolução N° 1, de 17 de junho de (2004, p.32) que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, em seu art 3° inciso 3: “O ensino sistemático de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, nos termos da Lei 10639/2003, refere-se, em especial, aos componentes curriculares de Educação Artística, Literatura e História do Brasil.”

A criação da Lei também mexeu com o mercado editorial que começou a produzir ou permitir a produção de uma gama maior de livros literários que contemplam a história e cultura africana. Isso não significa que todas as obras que tratam do tema possam ser consideradas Literatura. Não podemos retroagir e voltar a produzir obras com um cunho educativo-pedagógico como os primórdios da Literatura Infantil. O objetivo da lei no que tange a Literatura é que personagens negros ganhem o devido destaque e que a história seja contada levando em conta seres humanos, integrantes de um sociedade e que fizeram parte dessa constituição social, cidadãos e não mais objetos ou “o outro” como era visto anteriormente.

4. ETNIA, ESCOLA E LITERATURA

Segundo Magnani (2001), a especialização fragmentadora do modo de produção capitalista e o avanço científico que lhe serve de suporte fazem da Literatura na escola uma questão adjetiva. Ao mesmo tempo em que enfatizam a transitividade semântica do verbo ler, o que para a autora, em outras palavras, trata-se da leitura da Literatura Infanto-juvenil.

A mesma autora cita Antonio Cândido ao dizer que segundo ele, a Literatura tem uma “função humanizadora”, ou seja, tem “a capacidade de confirmar a humanidade do homem” e que daí derivam suas funções mais específicas: “satisfazer à necessidade universal de fantasia”, “contribuir para a formação da personalidade” e ainda, ser “uma forma de conhecimento do mundo e do ser”. Afirma ela então, que a função educativa da Literatura Infanto-juvenil advém do fato de ela agir com “o impacto indiscriminado da própria vida” (MAGNANI,2001) nas camadas mais profundas e de corresponder àquelas necessidades humanas.

Regina Zilberman (2003) ressalta que a escola participa do processo de manipulação da criança, conduzindo-a ao respeito da norma vigente, que é também a classe dominante. A Literatura Infantil, por sua vez, é o outro instrumento que tem servido à multiplicação da norma em vigor, pois transmite em geral, um ensinamento conforme a visão adulta de mundo, e se compromete com padrões que estão em desacordo com os interesses do jovem. Nessa constante, acabam por difundir-se na escola através da Literatura Infantil preconceitos antes forjados.

Conforme determinam as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2005, p.14-15) pelo então presidente Luis Inácio Lula da Silva:

Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola. As formas de discriminação de qualquer natureza não tem o seu nascedouro na escola, porém, o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa.

De acordo com Rosa Vani Pereira (2010), a alteração da Lei de Diretrizes e Bases a partir da promulgação da Lei 10.639/2003, foi uma grande conquista do Movimento Negro no Brasil e de todos os educadores, militantes e pesquisadores que preocupam-se com a promoção da igualdade social. A proposta desse grupo é de que a escola seja um espaço democrático, onde as diferenças não fossem traduzidas em desigualdades.

A inclusão da temática no currículo tem como princípio a importância de recontar a história das mulheres, dos indígenas e da população negra neste país e no mundo. É preciso que os estudante saibam que a história do Brasil está permeada de muitas outras palavras, que não apenas as palavras dos homens, dos brancos e dos ricos, não existe apenas uma história, e sim várias narrativas. (PEREIRA, 2010, p.10)

A mesma autora, porém, esclarece que não basta recontar a história, preenchendo lacunas deixadas no passado, é preciso promover a formação cidadã continuamente, ou seja, não basta incluir nos conteúdos, no currículo, mas disseminar a equidade desde os corredores de entrada, e ela afirma:

É no todo dia que se cumpre a missão de educar como um processo de desenvolvimento humano e social. Aprender a ser, aprender a conviver e aprender a aprender só é possível quando nos educamos mutuamente e cotidianamente. (PEREIRA, 2010, p. 10-11).

Neste sentido, entende-se a escola como o lugar onde os diferentes se encontram e é esse um espaço aberto para que possamos (re)construir discursos hegemônicos que contribuem com a discriminação.

A educação deve contemplar em seu currículo, nos projetos, nos rituais e no material escolar a diversidade da qual é composta a sociedade brasileira e que a faça de maneira crítica.

Existem muitos motivadores para o tratamento desigual entre as pessoas e eles têm relação direta com nosso processo de socialização, pois ninguém nasce preconceituoso ou discriminador. A partir da sua socialização e o seu contato com informações distorcidas sobre o outro que o tornam assim, criando um modelo mental distorcido, formando esteriótipos preconceituosos.

Entre os seres humanos existe uma grande diversidade e é utópico acreditar que em qualquer espaço, escolar ou não, seja possível homogeneizar os sujeitos.

Somos todos diferentes, mas somos todos iguais e cada um tem uma forma de aprender a ver as diversidades.

Uma das formas de combater as desigualdades, o racismo, o preconceito e a discriminação é não negá-la. É preciso dar nomes verdadeiros as coisas, sem fingir que elas não acontecem. Para tanto, interessante é esclarecer antes de nossas análises, as diferenças entre raça e etnia e escolhemos como base para essas definições, as presentes no artigo escrito pelo professor do departamento de Sociologia da USP, Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2011) e no artigo *Reflexões sobre os conceitos de raça e etnia*, escrito por Rafael Lima Soares Silva da UNEB – Bahia.

Segundo os autores, a expressão racial foi a que primeiro passou a definir o nosso ideal de homogeneidade nacional, nosso hibridismo demográfico e o reconhecimento da importância cultural de todos os povos para a nossa formação. Porém, no uso burocrático e popular, o termo cor substituiu o de raça, deixando à mostra todos os elementos das teorias racistas. No Brasil, de acordo com pesquisas antropológicas realizadas pelos autores em diferentes momentos, é mais que cor de pele, é também a textura do cabelo e o formato de nariz e lábios. Além de traços culturais, que são importantes para a definição dessa cor, entre preto, pardo, amarelo ou branco, ou seja, não basta ter a pele clara, é preciso ter traços europeus.

Um conceito moderno de etnia, sendo que esse já passou por transformações, é aquele que serve para designar um grupo tendo em vista características comuns e universo cultural semelhante. A etnia negra serviria para classificar um grupo de pessoas que se identificam e são identificadas como se aproximando de uma cultura advinda do acúmulo de experiências dos vividos por homens e mulheres negras. Esse conceito de etnia é o que acreditamos ser aquele que deve circular tanto na Literatura Infantil quanto nas escolas. Portanto, um trabalho que não fique restrito a cor ou a raça ou aquilo que as definem ou delimitam, mas um trabalho que busque um resgate histórico de tudo aquilo que é afim a raça negra, e histórias com personagens negros que conheçam suas origens e com que convivam com suas raízes ancestrais de maneira consciente e racional.

5. A ANÁLISE: A LITERATURA INFANTIL DO FINAL DO SÉCULO XX E DO INÍCIO DO SÉCULO XXI. UM OLHAR PARA A PRODUÇÃO LITERÁRIA ANTES E DEPOIS DA LEI 10.639/2003

Para atingir nosso objetivo principal, nesse capítulo faremos uma análise de obras da Literatura Infantil escritas no final do século XX e no início do século XXI, com o objetivo de demonstrarmos possíveis mudanças na produção literária após a criação da Lei 10.639/2003.

Sem a intenção de esgotar o assunto ou dele tirar conclusões definitivas, nossa análise versará mais profundamente sobre dois dos fatores contemplados pela crítica sociológica, a mensagem e o destinatário. Como vimos, uma das conquistas dos movimentos que citamos nos capítulos anteriores é o aparecimento de personagens negros como protagonistas. Por isso, o que avaliaremos é o tema central da obra e a participação desse personagem na história e como ambos, tema e personagem estariam contribuindo para a divulgação da cultura e da história afro-brasileira.

Segundo Salvatore D'Onófrio(2007), a crítica sociológica, uma modalidade de crítica extrínseca explora a análise de quatro fatores sendo eles, o emissor (= o escritor); o código (=a língua); a mensagem (=o texto produzido) e o destinatário (= o leitor). Assim, procura inserir a obra literária num contexto sociocultural e esta tem valor estético quando se preocupa com a compreensão da significação da obra e as estruturas mentais de certos grupos sociais.

De acordo com Todorov apud Einhenbaum (1973) no que tange a narrativas, em nível mais geral, a obra tem dois aspectos: ela é ao mesmo tempo uma história e um discurso. História no sentido em que evoca certa realidade, acontecimentos que teriam ocorrido, personagens que, deste ponto de vista, se confundem com os da vida real, e um discurso, pois existe um narrador que relata a história, há diante dele um leitor que a percebe.

A relação com realidade proposta por Todorov na narrativa enquanto história é que iremos comentar em nossa análise, considerando o enredo e os personagens, eles receberão um olhar especial dentro das narrativas. De acordo com Antonio Cândido apud Fritsh (1995), para definir o que seja personagem, parte do conceito

de romance: uma série de fatos que vivem esses fatos. Isso é indissolúvel: quando pensamos no enredo, pensamos, imediatamente, nas personagens, na vida que vivem, nos seus problemas, seus destinos que se desenvolvem num determinado tempo e espaço. O enredo vive através das personagens; estas vivem no enredo. Enredo e personagens exprimem os intuítos do romance.

A autora ainda citando Cândido ressalta que no desenvolvimento de um romance há três elementos centrais que só existem intimamente ligados: enredo e personagens (que representam a sua matéria) e as ideias (que dizem respeito ao significado). Entre eles sobressai a personagem, com a possibilidade de adesão afetiva e intelectual do leitor, através de processos de identificação, projeção e transferência. A personagem é que vive e torna vivos o enredo e as ideias.

Para Bahktin (2010) o enredo segundo Dostoiévski é inteiramente desprovido de quaisquer funções concludentes. Sua finalidade é colocar o homem em diferentes situações que o revelem e provoquem, juntar personagens e levá-las a chocar-se entre si, mas de tal forma que permaneçam no âmbito desse contato no interior do enredo e ultrapassem seus limites. Assim, entendemos por enredo o encadeamento dos fatos narrados em um texto, sendo que a partir dele podemos definir o tema, verificar situações conflitantes entre os personagens, o clímax da narrativa e seu desfecho.

Segundo Fritsh (1995), Bahktin ao fazer um estudo da personagem na obra de Dostoiévski conclui que a personagem interessa a este autor enquanto ponto de vista específico sobre o mundo e sobre si mesma, enquanto posição racional e valorativa do homem em relação a si mesmo e a realidade circundante. O importante para Dostoiévski não é o que a sua personagem é no mundo, mas acima de tudo, o que o seu mundo é para a sua personagem e o que ela é para si mesma.

Para Carlos Reis (2003), observando a personagem diante de uma rede de relações paradigmáticas, é possível associá-la a sentidos temático-ideológicos, confirmados em função de conexões com outras personagens da mesma narrativa e até em função de conexões com outras personagens de outras narrativas.

Buscando avaliar o mundo em que a personagem vive, sua relação consigo mesma e com os demais personagens, sua história (enredo) que passaremos agora

para a análise das obras. As obras escolhidas foram: *Menina Bonita do Laço de Fita* (1986), de Ana Maria Machado, *O Menino Marrom* (1986), de Ziraldo, *A turma de Layla*, de Maria Rita (2005), *Pretinho, Meu Boneco Favorito* (2008), de Maria Cristina Furtado.

As duas primeiras obras foram assim escolhidas por serem expoentes da Literatura Infantil que tem protagonistas negros. Mesmo não sendo as primeiras do gênero, *Menina Bonita do Laço de Fita* e *O Menino Marrom*, foram obras que ganharam grande destaque e que continuam até hoje sendo objeto de estudos. As demais obras foram escolhidas pelo critério de temporalidade, pois todas as obras foram escritas após o ano de 2003, no qual a Lei foi promulgada. Dentre as mais contemporâneas, temos *A turma de Layla* que não é uma obra dentre as aprovadas pelo Ministério da Educação, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento a Educação e pelo Plano Nacional do Livro Didático como obra complementar, contrariamente a obra seguinte que foi aprovada por todos os órgãos citados. A escolha por obras díspares quanto a aprovação não é fortuita, pois não somente a produção para a escolas nos é interessante, como a produção editorial em geral sobre o tema, usando esses como um pequeno exemplo.

A primeira obra que analisaremos é *Menina Bonita do Laço de Fita*, escrita em 1986, por Ana Maria Machado. Contextualizando historicamente, a obra surge na década de 80, um momento em que os movimentos negros estavam reconquistando seu espaço e que as artes foram utilizadas como instrumento de divulgação da cultura e da história afro-brasileira. Nesse período também já havia surgido o grupo *Qhilombhoje Literatura*, e obras voltadas a recontar a história dos negros já estavam sendo produzidas.

Em *Menina Bonita do Laço de Fita*, nossa personagem principal é uma menina muito linda, de pele escura, olhos de igual cor, com cabelos trançados cheios de fitas que conversa com um coelho branco que admira sua cor. Todos os seus atributos físicos como a cor da pele, dos olhos, são adjetivados positivamente pela autora que chega a dizer que a menina fica parecendo uma “uma princesa das terras da África” ou “uma fada do Reino do Luar”.

O coelho admirava tanto a menina que dizia que quando casasse queria ter uma filha semelhante a ela: pretinha e linda. Assim, o coelho pergunta várias vezes

a menina qual era o seu segredo para ser tão pretinha. A menina bonita, não sabendo explicar, dá as mais diversas respostas ao coelho, como ter tomado café demais, por ter comido jaboticaba e até mesmo que havia caído na tinta preta quando era pequenina.

O coelho, na tentativa de ficar pretinho como a menina e acreditando nela, foi tentando cada uma das hipóteses que a menina dissera, porém em vão. Até que certo dia, a mãe da menina, uma mulata linda e risonha, se meteu na conversa deles e disse ao coelho: “– *Artes de uma avó preta que ela tinha*” (MACHADO,1982)

Diante da fala da mãe da menina, o coelho entendeu que todos se parecem com seus pais e avós, e que se ele queria ter uma filha pretinha, tinha era que se casar com uma coelha pretinha. E assim foi, o coelho encontrou uma coelha pretinha, casaram-se e tiveram uma ninhada de filhotinhos de várias cores diferentes.

Iniciando pelo título, *Menina bonita do laço de fita*, faz referência a personagem principal, uma menina bonita, sem fazer referência a sua cor. A história é narrada em terceira pessoa, como os contos de fadas, pois inicia com *era uma vez*. A obra reproduz esteticamente alguns aspectos dos contos de fadas, pois além do “era uma vez”, temos animais falantes, interagindo com pessoas. O caráter moralizante da obra também se faz presente, pois, a mãe acaba interferindo na conversa da menina e do coelho, sendo que o coelho somente “acredita ser verdade”, quando dito pela mãe da menina.

O livro traz um diferencial se comparada a outras obras infantis de períodos antecedentes que traziam personagens negros, que acreditamos ser o objetivo principal da autora, ter uma personagem negra e mulher como protagonista da história. Ao trazer uma personagem negra como protagonista a autora quebra paradigmas e diferentemente do que outrora foi demonstrado nas obras com personagens negros, essa era uma menina linda e sua beleza é motivo de exaltação por outro personagem, sendo esse branco. A autora faz questão de descrever com minúcia suas características, auxiliando assim o imaginário do leitor: “*Os olhos pareciam duas azeitonas pretas e brilhantes, os cabelos enroladinhos e bem negros. A pele era escura e lustrosa, que nem o pelo da pantera negra na chuva.*”

A personagem também não recebe um nome, pois pode ser comparada a uma fada ou a uma princesa. Entretanto, vemos que essa personagem, apesar de ser a principal, tem dificuldade de caracterizar-se como negra. O adjetivo utilizado durante toda a construção do texto é “pretinha”, ou seja, há uma referência a cor da pele e não a raça. Há uma indicação da origem ao comparar a menina a uma “princesa da África”, sendo que de lá vieram muitos negros, mas em momento algum da história há a localização dessa menina, ou seja, estando ela metaforicamente no Brasil, já que a autora é brasileira, essa princesa não precisaria ser africana e sim brasileira.

Outra referência do gênero é o fato da menina ser parecida com uma “fada do Reino da Lua”. Entendemos nessa passagem que se faz outra menção a sua cor e não a sua etnia, por ser a lua desprovida de claridade, o que poderíamos até considerar um adjetivo negativo para o imaginário do leitor afro-brasileiro.

A menina deixa claro não saber a origem de sua cor e inventa as mais diferentes origens para sua pele ser negra. Nesse momento, fica evidenciado o caráter sufocante da sociedade diante da história do negro no Brasil.

A mãe da menina, assim como a personagem principal, recebe adjetivos positivos para seus atributos físicos. Há aí uma nova caracterização da mulher negra que outrora foi descrita como uma mulher desprovida de beleza. Contudo, fica a imagem, mantida até hoje da mulata, como *linda e risonha*, ou seja, uma “mistura” de mulher, que é bela e “faceira” e não é “toda negra”.

Um aspecto que talvez a obra tenta abordar é o fato do coelho branco querer parecer-se com a menina negra, ou seja, é como se um personagem branco quisesse ser negro. Vemos nessa passagem do texto duas versões: a primeira e positiva, a tentativa da autora em reverter os papéis até então vividos pelos negros. O negro sempre almejou o lugar do branco, e as crianças, meninas mais especificamente, sempre sonharam ser belas princesas de cabelos longos, loiros e de olhos claros e merecedoras do mais belo príncipe, também loiro e de olhos azuis. Por outro lado e esse negativo é que a personagem que quer igualar-se a menina não é um ser humano e aí poderia a criança negra ao ler pensar que realmente isso não era possível de acontecer e todo o caráter transformador da obra iria perder-se.

O Menino Marrom, escrito por Ziraldo, no mesmo ano da obra anterior, conta a história de dois meninos, um marrom e um cor-de-rosa, que estudavam juntos e queriam descobrir, dentre várias coisas, qual a diferença do preto para o branco.

Assim como na história anterior, o autor também descreve minuciosamente os traços físicos do personagem principal, dando as suas características adjetivos como beleza, mas sem desconstruir o estereótipo já criado, como por exemplo, quando diz que seu nariz crescia mais para os lados. Seu corpo era descrito como o de um futuro atleta, sempre exaltando sua beleza. O menino marrom também era muito inteligente.

Um dia, em meio a uma atividade da escola, o menino marrom conseguiu, misturando várias tintas fazer a sua cor. Os meninos ficaram intrigados com uma experiência feita pela professora, e a feita pelo menino marrom, em que as cores misturadas em um disco davam o branco e a mistura do menino deu marrom.

O autor trabalha bastante as questões de existência de cores, indicando que nada é realmente preto na Terra e como se o branco não existisse, pois nada mais seria que a mistura de todas as cores.

O relacionamento de amizade dos meninos é um dos pontos principais do texto. Os meninos, apesar de ser etnicamente diferentes, tornam-se melhores amigos, inseparáveis, pensam nas mesmas coisas, aprontam as mesmas travessuras e tentam fazer as mesmas descobertas. Até que concluem o mais importante, que *“o mundo não é dividido entre pessoas brancas e pretas. Mesmo porque elas não existem.”*

Esse é o ponto moralizante da história. Nessa obra o personagem negro é tratado com igualdade, não há diferenciação dele na escola, ou com os colegas. Exaltar seus atributos físicos não é uma forma de torná-lo melhor que os demais e sim demonstrar que também ali, naquele indivíduo, há beleza, ainda que demonstre traços da sua negritude.

Diferente da obra anterior não se usam termos que podem vir a ter uma conotação preconceituosa dependendo do seu uso, como “pretinhos”, e tão pouco tentam dar ao termo o caráter de “apelido”, o que culturalmente é aceito no Brasil com tom positivo. Apesar dos personagens não possuírem nomes, assim como na

obra anterior, suas cores são o limiar de toda a história, tanto que se faz presente no título do livro. A partir do título, já nos preparamos para ouvir e saber as histórias desse menino marrom.

O personagem mulato está representado como protagonista assim como em *Menina bonita do laço de fita*, mas entendemos que aqui esse personagem, apesar de brincar com as cores e em momento algum discorrer sobre suas origens, ele reflete, junto a seu amigo, sobre as diferenças no mundo.

Não há em momento algum qualquer referência a uma situação de inferioridade ou subalternidade na história entre os dois meninos, o que retira o personagem negro da condição marginal diante do outro. Sua inteligência também é referendada, o que diferentemente da obra anterior, onde a beleza era o ponto principal, esse menino é inteligente e com possibilidade de futuro, o que o autor deixa claro. As oportunidades para os meninos também são apresentadas de igual forma, dando um tom de igualdade social.

A Turma de Layla é uma obra mais contemporânea. Escrita em 2005, pela autora Maria Rita, a obra integra a *Coleção Histórias da Vó Preta*. A Coleção é escrita pela autora santa-mariense com o intuito de querer inserir-se em uma Literatura na qual o personagem negro passa por transformar sua consciência negra (SANTOS, 2011).

A história, assim como as demais, inicia como um conto de fadas. Narrado em terceira pessoa, o livro conta a história de Layla, uma menina que frequentava a classe de alfabetização da professora Marina e que segundo o narrador faz questão de frisar, com *apenas* seis aninhos já aprendia a ler e a escrever. Já na primeira página do livro temos a descrição de Layla:

- (...) *Era uma negrinha lindíssima. Seus olhos eram como amêndoas negras como sua pele, seu olhar cativante, sorriso brejeiro e gostava da escola, dos colegas e da professora, mas o que mais preferia mesmo eram os joguinhos que a mestra trazia, para auxiliar os alunos a aprenderem.*

A partir daí temos características suficientes para acompanhar a história. O narrador, extremamente simpático a personagem principal, a descreve como uma criança bela e deixa implícito que ela possui uma inteligência privilegiada. Nessa

primeira página, temos a ilustração que marca o contexto, Layla está na sala de aula a brincar com os jogos didáticos com um coleguinha branco, ou seja, também temos implícito que naquela classe todos tratavam-se sem qualquer preconceito.

A capacidade intelectual de Layla é reforçada nas páginas seguintes, pois o narrador cita os autores preferidos de Layla, sendo eles cânones da Literatura brasileira como: Cecília Meireles, Mário Quintana. E ainda diz que no meio das brincadeiras a menina recitava Cecília e que costumava se imaginar caminhando pela “Rua dos Cataventos” de Mário Quintana, ou seja, Layla era negra, mulher, muito jovem, inteligente e culta e assim como a Menina Bonita do Laço de Fita – que também é citada como uma das leituras preferidas da personagem. Ela possui uma família, pois a figura da mãe é apresentada, como uma mulher participante na vida da filha e do lar, uma menina fora dos padrões apresentados pela Literatura Infantil de antigamente.

As contações de história proferidas pela professora da classe são sempre citadas como “viagens” ao mundo das letras, dos contos e etc. O papel da professora e da escola na formação cultural de Layla fica evidenciado através de passagens como a das músicas trabalhadas em sala de aula, que assim como os livros lidos, também possuem em seu rol artistas clássicos como Chico Buarque e Toquinho. Tanto que sua mãe surpreende-se com suas produções poéticas, como que desconhecendo um talento que a filha teria desenvolvido fora de casa, mas que apoiava. Uma evidência desse apoio se dá ao comprar para Layla um filme trabalhado em sala de aula, *Harry Potter e a Pedra Filosofal*, e que o narrador esclarece que era o sucesso do momento, o que evidencia um possível poder aquisitivo por parte da família da personagem principal.

Tudo ia bem até o dia em que uma nova aluna começou a fazer parte da classe, Valquíria, uma menina de sete anos, que havia sido transferida de uma cidade do interior. A menina é descrita como: bonita, com pele muito alva, olhos azuis, cabelos longos e ruivos e sisuda, com cenho fechado e com a aparência de estar sempre brava, a ponto da nossa personagem principal achar que a menina sentia algum tipo de dor.

Essa nova colega é que acaba por dar o início do desfecho da história que até então somente contava com minúcia a bela vida de Layla. Após várias tentativas

de aproximação, Layla pede emprestado à colega o apontador e então ouve dela que esta não emprestava nada a ninguém muito menos a uma negra. A reação de Layla diante da resposta da colega é de surpresa e tristeza, ela enche os olhos de lágrimas, porém não chora na frente da colega. A atitude de Valquíria deixa Layla pensativa e ela então reflete sobre o fato da menina não gostar dela somente pela sua cor.

Outros momentos as aproximam até que em uma atividade em grupo Valquíria nega-se a dar a mão para Layla. Nesse momento vemos a professora pedir a Valquíria que dê a mão a Layla usando a seguinte expressão:- *Por favor, Valquíria, dê a mão para Layla! Cor não pega, não tenha medo!*”

Após o episódio a professora vai ao encontro de Valquíria e tenta descobrir os motivos que a levaram a não gostar de pessoas não-brancas e discorre sobre a igualdade entre as pessoas, que todos são seres humanos, que em sua classe todos são amigos e que atitudes como essa não são corretas. A menina escuta atentamente a professora, mas não diz nada. No dia seguinte a professora decide trabalhar noções de igualdade e diferenças étnicas em sala de aula e seu trabalho é interrompido pelo pai de Valquíria, que entra abruptamente em sala de aula, afrontando a professora e dizendo que sua filha não sentaria ao lado de uma macaca!

Todos se assustam e a professora fica perplexa com a atitude e retorna ao homem calmamente, dizendo que sua classe não era zoológico, então não havia macacos. O homem insiste e aponta para Layla, dizendo estar referindo-se a ela. A professora rebate levantando questões legais como o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e até a Constituição Federal de 1988 como instrumentos que garantem a igualdade. Diante das assertivas da professora, o pai da menina sente-se constrangido e justifica o ocorrido com a dificuldade de adaptação da filha a nova escola e que onde viviam não havia afro-brasileiros e o homem acaba por pedir desculpas a Layla, colocando-a no colo, beijando sua face e pedindo perdão por sua atitude. A professora aproveitou a oportunidade para trabalhar mais o tema, pedindo que os alunos expressassem como se sentiam diante daquela situação. A história termina com a

professora trabalhando o tema, e com Layla e Valquíria apertando as mãos em uma ilustração.

A narrativa para uma história infantil é bastante longa, o livro possui dezoito páginas e pouquíssimas ilustrações, o que a torna cansativa para uma leitura oral para crianças. A personagem principal destaca-se na história sob dois aspectos: sua relação com o mundo, incluindo-se aí a cultura e sua relação com os outros personagens, nesse caso a mãe, a professora e os colegas de classe. Em ambos os casos, até o episódio com a nova colega tudo no mundo de Layla é perfeito, tanto que ela não imaginava que passaria pelo episódio discriminador. Ela é adorada e admirada tanto pela mãe quanto pela professora. Contudo, temos uma personagem sem falas, toda a história é contada pelo narrador e ao final temos as falas da professora e do pai de Valquíria, o que nos traz um silêncio por parte da personagem diante das negativas de amizade e dos ataques do pai de Valquíria. Esse silenciamento pode ser justificado pela sua pouca idade, porém, em uma obra que coloca uma personagem considerada minoritária em uma situação de tamanha superioridade intelectual e cultural, espera-se uma resposta igualmente culta e sagaz por parte da menina diante do fato e não apenas citações da legislação por parte da professora.

Os motivos alegados pelo Sr. Jacques, pai de Valquíria, para tudo são sem dúvida os menos perspicazes de toda a história. Dizer que sua filha não estava se adaptando a nova escola e que o lugar de onde vinham não possui afro-brasileiros ficou vago e injustificável. Em sequência ele pede perdão por sua reação intempestiva, a professora e a Layla. Retomando ao conceito de que “ninguém nasce preconceituoso e que sua socialização é que assim o faz” conseguimos entender a reação de Valquíria, mas não a do pai. Um homem adulto, a menos que tema sanções punitivas, não pediria perdão a uma menina a partir do discurso da professora. Já a atitude posterior da professora de permitir que todos da turma expressem-se é a mais positiva de todo o contexto.

Nosso próximo livro é *Pretinho, meu boneco querido*, escrito no ano de 2008 por Maria Cristina Furtado e que foi aprovado pelo FNDE do mesmo ano, circulando assim pelas bibliotecas das escolas do país. Sua indicação é para as turmas do

primeiro ao terceiro ano e segundo orientação presente em sua contracapa, o livro deve ficar a disposição das turmas em sala de aula e não na biblioteca.

O livro conta a história de Nininha, uma menina negra de oito anos. A história é contada por um narrador que se identifica como sendo amiga da mãe da menina e justifica que ouviu da menina a história como sendo um segredo e que Nininha permitiu a ela que contasse. Diferente das outras histórias, essa não procura assemelhar-se a um conto de fadas e não inicia com “era uma vez”. A cor da pele da nossa personagem é negra, mas inicialmente só sabemos disso por meio das ilustrações.

O personagem principal da história é Carlos ou Pretinho, o boneco de Nininha, é o único boneco preto dentre todos os outros de sua coleção e que sobre o qual o enredo desenvolve-se colocando o que segundo Dostoiévski podemos classificar como o sendo o choque entre os personagens. Para Nininha, e somente para ela os bonecos ganham vida todos os dias após a arrumadeira organizar seu quarto, porém, sempre que Nininha volta da escola, Pretinho não está na prateleira como os demais bonecos, mas sim escondido no armário de roupas. Sem entender, a menina repetidamente briga com o boneco e o tira de lá.

Os demais bonecos, com exceção da Boneca de Pano que é muito amiga de Pretinho, não gostam do boneco. Um dia, muito tristonho, Pretinho resolve contar a Nininha o porquê de estar sempre escondido, e a menina então demonstra ser proveniente de uma família esclarecida e é a primeira personagem dentre as quatro obras aqui analisadas que se reconhece enquanto afrodescendente. A menina diz ao boneco que seu pai lhe ensinou que os afrodescendentes são muito importantes e que a cultura africana está dentro de cada brasileiro.

A menina também fica surpresa com o fato do boneco estar sendo discriminado por sua cor, já que com ela isso não acontecia, pois Nininha possuía muitos amigos. A menina chega a dizer claramente que tem orgulho de ser negra e que o boneco deveria sentir o mesmo. Após seu discurso inflamado a menina se compadece do boneco e o coloca para dormir com ela o que causa ciúmes aos demais bonecos que no dia seguinte, com a saída da menina, pregam uma peça a Pretinho.

Pretinho brincava com a Boneca de Pano, quando os demais bonecos, fingindo querer brincar com ele, o colocam frente a um balde de água para que ele possa ver seu reflexo. Sem que Pretinho perceba, em pouco tempo o boneco Malandrinho dá um “caldo” em Pretinho, e repete esse ato mais de uma vez quase afogando o boneco. A intenção era que sua cor preta saísse, tanto que os bonecos demonstram surpresa por ele não ter trocado de cor. Um embate se inicia e Pretinho acaba conseguindo fugir dali com a ajuda da Boneca de Pano, porém, nosso personagem sai pela porta errada e acaba indo para o pátio onde o feroz cachorro Hulk está. Hulk morde Pretinho e todos acreditam que Pretinho morreu.

Quando Nininha chega da escola sente a falta de Pretinho, e todos os bonecos estão em silêncio, ela estranha e vai procurá-lo com sua mãe, até que um dos bonecos conta tudo o que aconteceu. Nininha já estava muito triste quando todos ouvem um barulho na janela, é Pretinho tentando entrar. Pretinho conseguira escapar de Hulk, e todos os bonecos demonstram arrependimento por sua atitude com ele e desculpam-se. Pretinho os perdoa e não permite que Nininha os castigue.

Nininha conta então a Pretinho que naquele dia havia tido uma surpresa na escola, ocorrera a festa alusiva ao Dia da Consciência Negra. O boneco não sabe do que se trata, a autora usa essa oportunidade para contar sobre o dia 20 de novembro e sobre Zumbi dos Palmares. Para auxiliar a contar a história Nininha abre uma caixa e dela sai uma boneca negra, Zuzu, que assim que sai da caixa começa a contar uma história sobre o povo africano e a cantar músicas africanas e um samba. Todos os bonecos envolvem-se na atividade e Zuzu passa a fazer parte da coleção de bonecos de Nininha e torna-se a grande paixão de Pretinho.

O personagem que sofre a discriminação recebe a amizade dos demais e ainda ganha uma companheira com sua mesma cor. Esses são personagens criados em função do tipo de conhecimento que irão transmitir e o conflito é resolvido sem a interferência de adultos, diferente de *Menina Bonita do Laço de Fita*, em que a questão da menina com o coelho sofre a interferência da mãe.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos a Literatura por momentos, acaba por declarar os valores arraigados na sociedade e sua manutenção foi justificada por um mercado editorial que buscou fazer desta manifestação artística um retrato de uma realidade, baseada em valores burgueses.

A Literatura Infantil Brasileira recebeu desde os seus primórdios essa influência, no que se refere a participação do negro, repete sua marginalização e reafirma esteriótipos negativos, retratando um negro que desconhece suas origens. Isso porque a Literatura Infantil é feita por adultos que procuraram fazer do livro infantil um doutrinador. Essa ideia foi exitosa até o momento em que estudiosos começaram a reconhecer a importância da leitura na formação da identidade e da personalidade do leitor. Baseados neles os Movimentos Sociais Negros começaram a reivindicar uma melhor participação na Literatura e querer que a história do seu povo seja contada não a partir daqueles valores sociais preconceituosos, e que os negros não mais fossem objetos da história, mas sujeitos dela. Suas lutas ganharam tal magnitude que chegaram ao Congresso Nacional e agora, mudar a versão na hora de contar os fatos tornou-se obrigatório.

Ao analisarmos nesse trabalho as obras, procuramos apenas demonstrar possíveis transformações que essa história tenha sofrido a partir de produções do final do século XX e início do século XXI. Personagens negros, em diferentes situações, com realidades distintas, com astúcia própria, refletindo sobre sua cor ou sobre seu lugar na sociedade, refletindo sobre sua autoconsciência, sua imagem e sua identidade, pois de acordo com Dostoiévski, toda a realidade passa pela autoconsciência da personagem.

Contudo, a simples aparição de personagens negros na Literatura Infantil, sejam eles anteriores ou posteriores a legislação vigente não são sinônimo da “nova versão dos fatos”. Personagens em destaque, mas que não conhecem suas origens, ou que negam sua condição étnica não é o esperado pelos Movimentos que lutaram e continuam lutando por uma igualdade racial. É preciso, como já disseram alguns autores, que se conte a história dos negros e não histórias com negros.

Em *Menina Bonita do Laço de Fita*, entendemos que nessa obra há um rompimento de padrões antes estabelecidos na Literatura Infantil, pois o negro, anteriormente representado, tinha sua imagem associada ao período da escravidão, ou ao longo período em que mesmo livre, não lhe era permitido estudar ou ter uma condição melhor de vida. Nessa obra, o negro é retratado como um ser provido de beleza e possuidor de uma família, pois a mulher negra ali retratada é uma mãe zelosa e que interfere no crescimento da filha, isso fica demonstrado em sua interferência na conversa. Quanto à cultura e história africana ou afro-brasileira, o livro não atinge esse objetivo, pois, como dissemos, a menina não sabe sua origem e o objeto de desejo do coelho é ter sua cor, sem que isso tenha qualquer vinculação com seu passado histórico. Já o imaginário da criança negra pode ser aguçado com a história, haja visto que a menina possui uma família, ou seja, já não é um indivíduo que serve a uma família branca e um amiguinho que deseja ser como ela e é bonita.

Na obra de Ziraldo, *O Menino Marrom*, a história e a cultura afro-brasileira não estão diretamente presentes, pois a cor da pele é tratada somente com ludicidade. Todavia as questões do racismo e a propagação da igualdade são muito trabalhadas, permitindo aos leitores, negros ou não, refletir sobre questões históricas de diferenças. Obstante a isso, a obra demonstra essa evolução da Literatura Infantil diante das mudanças sociais. O autor posiciona-se diante desses movimentos que buscam recontar a história da cultura negra, deixando o que para nós fica claro, que é mais importante que enaltecer questões da negritude, o importante é promover a igualdade. Contudo, entende que a mudança é necessária quando traz como personagem principal o menino marrom *que não se importa de ser chamado de preto*, ou seja, ser marrom ou preto tanto faz. Para o leitor infantil negro é um avanço, a história poderia ser a mesma, se invertesse os personagens não teria o mesmo impacto, pois, ter o menino marrom como condutor da história vai auxiliar o leitor negro ou afro-brasileiro a identificar-se com exemplos positivos.

A Turma de Layla coloca o personagem negro em um patamar de destaque intelectual e afetivo. Considerando que a obra foi escrita após o ano de 2003, ela tenta dar ao negro e ao leitor infantil negro uma visão de situações escolares não díspares da realidade. Porém, a vida da personagem, tão meticulosamente contada, foge da realidade desse leitor, que no ano de 2005 quando foi escrita, a pouco está

ascendendo socialmente. As obras citadas como lidas e trabalhadas pela personagem fogem da realidade do leitor afro-brasileiro, que até poderia considerar o livro enfadonho pela riqueza de detalhes que podem ser considerados inúteis quando realmente são necessários, como as ofensas proferidas à menina. Em nada a obra contempla o previsto na Lei 10.639/2003, pois não divulga a história e a cultura afro-brasileira, apenas põe em condição de desigualdade a personagem principal, pois seus “feitos” são superiores a realidade.

Em *Pretinho, meu boneco querido*, é o enredo o condutor da história que envolve um personagem não real, mas que sofre o preconceito assim como algumas crianças. O boneco pode assemelhar-se a uma criança em virtude de sua inocência e por ser brinquedo está relacionado a este universo. A menina, que seria o personagem mais próximo da realidade na história, é a primeira que orgulha-se e é consciente de sua condição de negra. Uma das propostas desse livro pode ser o de não permitir que a menina sofra qualquer tipo de discriminação, não auxiliando assim a sua propagação e deixar que o boneco, ser inanimado, sofra essa condição. A história e a cultura afro-brasileira ou a afrodescendente estão presentes nessa obra. A música, poesia e a história de Zumbi dos Palmares foram introduzidas pela autora, contemplando assim o proposto pela Lei 10.639/2003.

De tudo podemos concordar que a escola é o caminho para que a discriminação diminua e a igualdade entre os seres se perpetue. É nela que o sujeito começa a ter contato com a sociedade, que diferentemente da sua família, não aceita todas as suas vontades, não o perdoa com facilidade e que espera dele sempre uma postura, a favor ou contra determinadas situações. Portanto, a busca por ações afirmativas que exijam que esse processo de igualdade aconteça já na sala de aula são vistos por nós e por uma grande parte da sociedade como eficazes. A Literatura é a ferramenta para a realização desse feito, a partir de histórias infantis, os pequenos aprendizes começam a ter contato com outro mundo que não o limitante que conheciam. O enredo e seus personagens contribuem para a construção do imaginário, imaginário esse que irá influenciar o seu olhar da vida e da sociedade que estará vivendo. Não podemos esquecer que a grande primeira mudança precisa ocorrer nos adultos: pais, professores, familiares em geral. São eles que irão adquirir e contar essas histórias, principalmente são eles que irão escrever essas histórias. Histórias essas que não devem perder seu caráter literário

para atender uma demanda social ou mercadológica. O encantamento deve sempre estar presente, sejam essas histórias contadas como contos de fadas ou não, afinal esse é o princípio e o fim de toda escrita infantil, seu destinatário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWICZ, Anete et al. *Trabalhando a diferença na educação infantil*. São Paulo: Moderna, 2006.

BAKHTIN, Mikhail Mikhalovitch. *Estética da criação verbal*, 5º Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

BENTO, Maria A. S. *Cidadania em preto e branco*, 3º ed. São Paulo: Ática, 2000.

BERND, Zilé. *Literatura e Identidade Nacional*, 2º Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. *Negritude e Literatura na América Latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

BRASIL, MEC, *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, 2005.

CANDIDO, Antonio, *Introdução à Literatura Brasileira*. 4º ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2004.

COUTINHO, Afranio, *A Literatura no Brasil*, 7º ed. São Paulo: Global, 2004

D'ONÓFRIO, S. *Forma e sentido do texto literário*. São Paulo: Ática, 2007.

DÓRIA, Antônio Sampaio. *O preconceito em foco: análise de obras literárias infanto-juvenis: reflexões sobre história e cultura*. São Paulo: Paulinas, 2008.

EIKHENBAUM, et al. *Teoria da Literatura*. Formalistas Russos. Porto Alegre: Globo, 1973.

FURTADO, Maria Cristina. *Pretinho, meu boneco querido*, 2º Ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2008.

LEITE, Dante M. *Psicologia e literatura*. São Paulo: Hucitec, 1987.

LIMA, Luiz Costa (seleção, introdução e revisão técnica). *Teoria da literatura em suas fontes*, vol 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LOPES, Nei. *História e cultura africana e afro-brasileira*. São Paulo: Balsa Planeta, 2008.

MACHADO, Ana Maria. *Menina bonita do laço de fita*. São Paulo: Melhoramentos, 1986.

MAGNANI, Maria do Rosário Mortatti. *Leitura, Literatura e escola* 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MEDEIROS, Cléia; EGHRARI, Iradj Roberto (coord.). *História e Cultura afro-brasileira e africana na escola*. Brasília: Ágere Cooperação em Advocay, 2008.

MEIRELES, Cecília. *Problemas da literatura infantil*. São Paulo: Summus, 1979.

OLIVEIRA, Antônio Carlos de. *Projetos Pedagógicos: práticas interdisciplinares: uma abordagem para os temas transversais*. São Paulo: Editora Avercamp, 2005.

PAIVA, Aparecida; SOARES, Magda. *Literatura Infantil: políticas e concepções*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

PEREIRA, Rosa Vani. *Aprendendo valores étnicos na escola*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

QUEVEDO, Júlio; DUTRA, Maria Rita Py (org.). *Nas trilhas da negritude: consciência e afirmação*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2012.

REIS, Carlos. *O conhecimento da Literatura: introdução aos estudos literários*, 1º ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003

RITA, Maria. *A turma de Layla*. Santa Maria: A Autora, 2005

RUFFATO, Luiz (org.). *Questão de pele*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2009.

SILVA, da Gilberto Ferreira; SANTOS, dos José Antônio; CARNEIRO, Luiz Carlos Cunha (org.). *RS Negro: Cartografias sobre a produção do conhecimento*. 2º ed rev. E ampl. Porto Alegre: EDIPUC, 2010.

SAMUEL, Rogel. *Novo manual de teoria literárias* 5º ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

TIRADENTES, J. A. *Sociedade em construção: história e cultura afro-brasileira: o negro na formação da sociedade brasileira*. São Paulo: Gráfica e Editora Direção, 2008.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura infantil na escola*, 11º ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Global, 2003.

_____. *Como e porque ler a literatura infantil brasileira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005

_____ e LAJOLO, Marisa. *Literatura Infantil Brasileira, história e histórias*, 2º ed. São Paulo: Ática, 1985.

Criatividade e falta dela
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/equilibrio/eq1906200813.html>. Acesso em:
 15.Janeiro.2015 às 14h50min

Movimentos Negros http://negros-no-brasil.info/mos/view/Movimento_Negro. Acesso em: 15. Janeiro. 2015 às 14h 55min

Poetas Negros, Movimentos Negros e Alguma Vida.
<http://elesemoq.com.br/w/artigos-e-ensaios/literatura>. Acesso em: 15 de janeiro de 2015 às 16h.

<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/remoa/article/viewFile/3971/2349>.
[acesso em 15/01/2015](#) às 15h37min Acesso em: 15. Janeiro. 2015 às 15h37min.

<http://www.quilombhoje.com.br> . Acesso em: 15. Janeiro. 2015 às 16h07min